

Prefeito de Caetité é denunciado por contratações irregulares sem concurso público

PÁG. 08 a 09



FOTOS: EMANOEL FERNANDES

A Brumado Invisível mostra sua cara

Aos 146 anos, completados no último dia 11, Brumado tem um duro choque de realidade quando se confrontam duas cidades distintas que abriga. A Brumado que assiste maravilhada, apesar de eventuais transtornos, intervenções relevantes do Poder Público, com aportes milionários de recursos, e a Brumado que vive fora dos limites auspiciosos da propaganda oficial, das Ruas esburacadas, Praças abandonadas, esgotos correndo a céu aberto ou entupidos, equipamentos e aparelhos públicos abandonados, que causam prejuízos de toda ordem aos moradores e chamam a atenção de quem passa nos locais, menos do Governo Municipal que, de fato, passa longe desses cenários e parece evitar um debate que exige, acima de tudo, respeito.

PÁG. 10 a 16

Prefeita de Vitória da Conquista na mira do TCM

Auditora aponta irregularidades na contratação e execução do Transporte Escolar e Tribunal de Contas dos Municípios notifica prefeita Ana Sheila lemos Andrade (UB)

PÁG. 17

“A violência contra mulher é cíclica, começa de maneira leve e vai se agravando quando não se toma nenhuma medida inicialmente, até acabar em feminicídio”, pontua Delegada Titular da Neam de Brumado

PÁGS. 18 a 23

Ministério Público oferece denúncia à Justiça contra ex-secretário municipal de Saúde e empresário de Poções por fraude em Licitação

PÁG. 07

Tribunal de Contas dos Municípios aponta irregularidades e rejeita contas de 2021 da Prefeitura Municipal de Anagé

PÁGS. 04

A IMPRUDÊNCIA DOS IDIOTAS

POR: ANTÔNIO LUIZ

editor@jornaldosudoeste.com

A “profecia” de Nelson Rodrigues, segundo a qual “os idiotas vão tomar conta do mundo; não pela capacidade, mas pela quantidade. Eles são muitos”, dificilmente será efetivada.

O genial dramaturgo esquece-se de um detalhe. Felizmente, os idiotas são imprudentes.

A realidade do país – para a parcela ainda lúcida, que não se curvou aos encantos dos inconsequentes líderes das seitas que polarizam o cenário político e invadem o dia a dia das pessoas – que vem assistindo perplexo as revelações obtidas pela perícia da Polícia Federal no telefone celular do Ajudante de (des) Ordens do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, mostra isso.

Revelações que ajudam a entender com clareza de detalhes as ações desenvolvidas nos subterrâneos do Palácio do Planalto que culminaram com os atos bestiais de vandalismo do último dia 8 de janeiro em Brasília, quando uma turba de néscios uteis – nem por isso inimputáveis – atendendo ao comando de uma corja a serviço do projeto de ruptura das instituições para formatar um regime de restrições democráticas sustentado pelo falso discurso do respeito ao jogo dentro das “quatro linhas”, naturalmente de um modelo de Constituição forjada nos porões do Doi-Codi de criminosos que se transformaram, para essa gentilha, em modelos de democrata, que ainda alimentam mentes doentias.

O show de horrores tramado contra as instituições democráticas e, naturalmente, contra as liberdades individuais, nos bastidores do ocaso dos quatro anos perdidos da gestão do “mau militar”, como reforçou o General Ernesto Geisel, foi esquadrinhado e revelado pelas análises dos Peritos da Polícia Federal, que graças à fiel observância dos manuais que regem a democracia, estão sendo tornados públicos, revelam que o entorno do ex-presidente Jair Bolsonaro – que bem ao estilo dos canalhas, nada sabe, nada viu – conspirava para que ele fosse entronizado na presidência da República, evidentemente, como foi reprovado pelas urnas, à custa de um golpe de Estado, com o Exército – pelo menos a banda podre da Instituição – nas ruas, não só avalizando, mas participando efetivamente da violação de direitos e prerrogativas esculpidas na Constituição Federal.

O que tem sido revelado pela perícia no aparelho celular do tresloucado Tenente-Coronel Mauro Cid (outro que, certamente, seria considerado um mau militar por Geisel), fiel Ajudante de (des) Ordens do ex-presidente e menino de recados e transações financeiras, em tese, fraudulentas, da ex-primeira-dama “terrivelmente evangélica” – seguidora dos vendilhões da era moderna – Michele Bolsonaro, mostram com clareza de detalhes a sordidez da camarilha que cercou a Presidência da República e habitou (ainda habita) os subterrâneos que ainda persistem nas Forças Armadas entre 2019 e 2022.

No Relatório, divulgado na última semana pela Polícia Federal, um dos documentos obtidos no telefone celular do Ajudante de (des) Ordens de Bolsonaro, que tem como título “Forças Armadas como Poder Moderador”, é possível entender os detalhes do plano que vinha sendo arquitetado, evidentemente desde 1º de janeiro de 2019 e que foi amplificado a partir da derrota nas urnas de 2022, para promover a quebra da ordem democrática, sempre “dentro das quatro linhas”, como despuddorada e recorrentemente afirma o ex-presidente.

Um roteiro alimentado na inegável vocação fora da Lei do ex-presidente, que seguindo a cartilha do ex-ministro da Propaganda alemã nazista Joseph Goebbels, repetiu, à exaustão, durante os quatro anos em que ocupou interinamente o Palácio do Planalto, a tese delirante de fraude nas urnas eletrônicas, que previa o envio de Ofício aos Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica apontando atos que sua mente doentia entendia serem inconstitucionais praticados pelo Judiciário, especificamente, pelos Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.

O projeto criminoso, segundo os documentos obtidos pela Polícia Federal na perícia do telefone do Tenente Coronel Mauro Cid, em flagrante afronta à Constituição Federal, previa que os Comandantes das Forças Armadas, em uma espécie de Triunvirato Governamental, nos moldes do implantado pela Ditadura Militar em 1969, mas preservando Jair Bolsonaro na presidência da República, nomeariam um Interventor para afastar, investigar e, naturalmente, prender, os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, do Tribunal Superior Eleitoral.

Reforça a “Minuta Golpista”, que seriam convocados para assumir o Tribunal Superior Eleitoral os ministros Kássio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli, que teriam como missões prioritárias (possivelmente as únicas), impedir a posse do presidente eleito em outubro de 2022, o descondensado Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e promover novas eleições, o que, se cumprido, obviamente teria Jair Bolsonaro preferencialmente como candidato único, cédulas de papel e livre trânsito para todo tipo de trapaças.

Os documentos obtidos no telefone celular de Mauro Cid, mostram ainda diálogos com outros militares aloprados que maculam a Instituição, reforçando a tese de que não é uma peça de ficção, como insistiu o ex-ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, a minuta de um Decreto de Estado de Defesa encontrado em sua casa.

Revelam ainda que a milícia formada a partir do gabinete da presidência da República era composta por (maus) militares da ativa e da reserva, felizmente sem o respaldo do Alto Comando das Forças Armadas, o que teria, segundo relatam os conspiradores, desestimulado Jair Bolsonaro, mesmo com a certeza dada por um dos desvairados discípulos do golpe, o Coronel e então Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército, Jean Lawand Junior, que assegurou, textualmente, que “se a cúpula do EB (Exército Brasileiro) não está com ele (Bolsonaro), de Divisão para baixo está”.

Felizmente a cúpula do Exército Brasileiro resistiu às pressões e não repetiu a infeliz aventura na qual embarcaram seus antecessores em 1964, o que não impediu, as evidências apontam, que os mentores do Golpe, não satisfeitos com ao fracasso das articulações, continuassem alimentando o sonho de reviver o país dos subterrâneos no qual transitavam com desenvoltura facínoras como Carlos Alberto Brilhante Ustra, que continuaram incentivando e sustentando ilegalidades que culminaram com os atos de pilhagem nos prédios dos Três Poderes da República no 8 de janeiro, com objetivo inequívoco de instalar o caos e obrigar o engajamento do Comando das Forças Armadas.

Felizmente Nelson Rodrigues não terá, a princípio, sua profecia consumada, até porque falta aos idiotas capacidade de discernir e, como bem os definiu, embora possivelmente, não tenha sido essa a intenção, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset: “A alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o denodo de afirmar o direito de vulgaridade e o impõe por toda a parte”.

Resta torcer para que o Supremo Tribunal Federal (STF), instância responsável, embora alguns, por desconhecimento, desonestidade ou burrice, insistam em desconhecer sua competência, por comandar as investigações e o julgamento dos idealizadores, financiadores e participantes da barbárie do 8 de janeiro, saiba manter o foco no que importa: punir a trama golpista e a violência, a imaginada e a consumada investida criminosa contra as Instituições, sem a preocupação de revanchismos.

E que as punições sejam exemplares, até para que os idiotas que insistam em ser levianos, sejam desaconselhados a praticar atos violentos, se envolver em ataques coordenados ou não às Instituições e não violarem a Lei.

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
 Antônio Novais Torres
 Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
 (77) 99838-6283
 editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
 (77) 98816-6680
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Secretaria de Redação

Leticia Ariadne Carvalho Rocha Gomes - (77) 98838-5325
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
 Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496

esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858

lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
 (77) 99857-7493
 socialmedia@jornaldosudoeste.com

Fotografia/Edição de Imagens

Evandro Maciel Miranda Miguel
 (77) 99805-3982
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

Vinicius Caires Martins Silva

(77) 99827-6604
 diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Departamento Financeiro

Maria Augusta dos Santos e Silva
 (77) 99838-6265
 augusta.bdo@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
 (77) 3441-7081
 (77) 99804-5635
 secretaria@jornaldosudoeste.com

Departamento Comercial

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Endereço

Luciene Pereira Costa - (77) 98804-5661
 Lucilene Pereira Costa - (77) 98809-1255
 Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

Redação Telefone

(77) 3441-7081
 (77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
 (77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
 jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
 Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635
 WhatsAap: (77) 99804-5635
 E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
 Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

TSE reconhece fraude de partidos à cota de gênero e vereador perde o mandato em Brumado

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal Superior Eleitoral, em decisão monocrática do ministro Raul Araújo, Relator do Processo na Corte, reformou decisão do Juízo da 90ª Zona Eleitoral de Brumado e o Acórdão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e reconheceu fraude à Cota de

Gênero praticada pelo Partido Democrático Brasileiro (PDT) – Diretório Municipal de Brumado - nas candidaturas para o cargo de vereador em Brumado nas eleições municipais de 2020. Pela legislação, todos os partidos devem destinar no mínimo 30% das candidaturas para mulheres.

FOTO: ASCOM/PMB.



Com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de anular os votos recebidos pelo PDT nas Eleições de 2020 em Brumado, Vanderlei – Boca – Bastos Miranda perde o mandato na Câmara Municipal.

Na decisão, do último dia 7 e que foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 120/2023, que deu provimento ao Recurso Especial, para julgar procedente a AJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) ajuizada ainda em 2020 pelo candidato derrotado – posteriormente, com a morte do ex-presidente do Legislativo Municipal, em 4 de maio de 2021, vítima da Covid-19 – José – Santinho – da Silva Santos (PSB), foi determinada a nulidade dos votos recebidos pela legenda para o cargo e a cassação dos diplomas dos candidatos vinculados ao Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (Drap) e, por consequência, do mandato do vereador Vanderlei – Boca – Bastos Miranda, e resultando ainda na determinação do recálculo dos quocientes eleitoral e partidário.

Também foi declarada a inelegibilidade das candidatas envolvidas na fraude apontada pelo Tribunal Superior Eleitoral, Ducilene da Silva Meira e Carina Santos Silva para as eleições a se realizarem nos 8 anos subsequentes ao pleito de 2020.

O Relator da Ação no TSE, ministro Raul Araújo, ressaltou que o processo atesta claramente comprovado o uso de registro de candidatura feminina lançada por partido político unicamente com o intuito de atender, de forma fraudulenta, à regra prevista no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições).

Até o fechamento desta edição o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia não havia cumprido a decisão de recontagem dos votos e recálculo dos quocientes eleitoral e partidário.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou ouvir o pedetista Vanderlei – Boca – Bastos Miranda, que afirmou que não faria qualquer declaração, atendendo a orientação de seus advogados.
Não conseguimos contato com a Direção Municipal do PDT.

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

TCM aponta irregularidades e rejeita contas de 2021 da Prefeitura Municipal de Anagé

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia aprovou Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Anagé a rejeição das contas prestadas pelo prefeito Rogério – de Zinho – Bonfim Soares (PSD), relativas ao exercício financeiro de 2021. A recomendação pela rejeição ocorreu em Sessão Plenária no último dia 6, quando os Conselheiros discutiram e aprovaram a emissão do Parecer Prévio confirmando a proposta de voto da Conselheira Aline Fernanda Almeida Peixoto, Relatora do Processo na Corte.

FOTO: REDES SOCIAIS

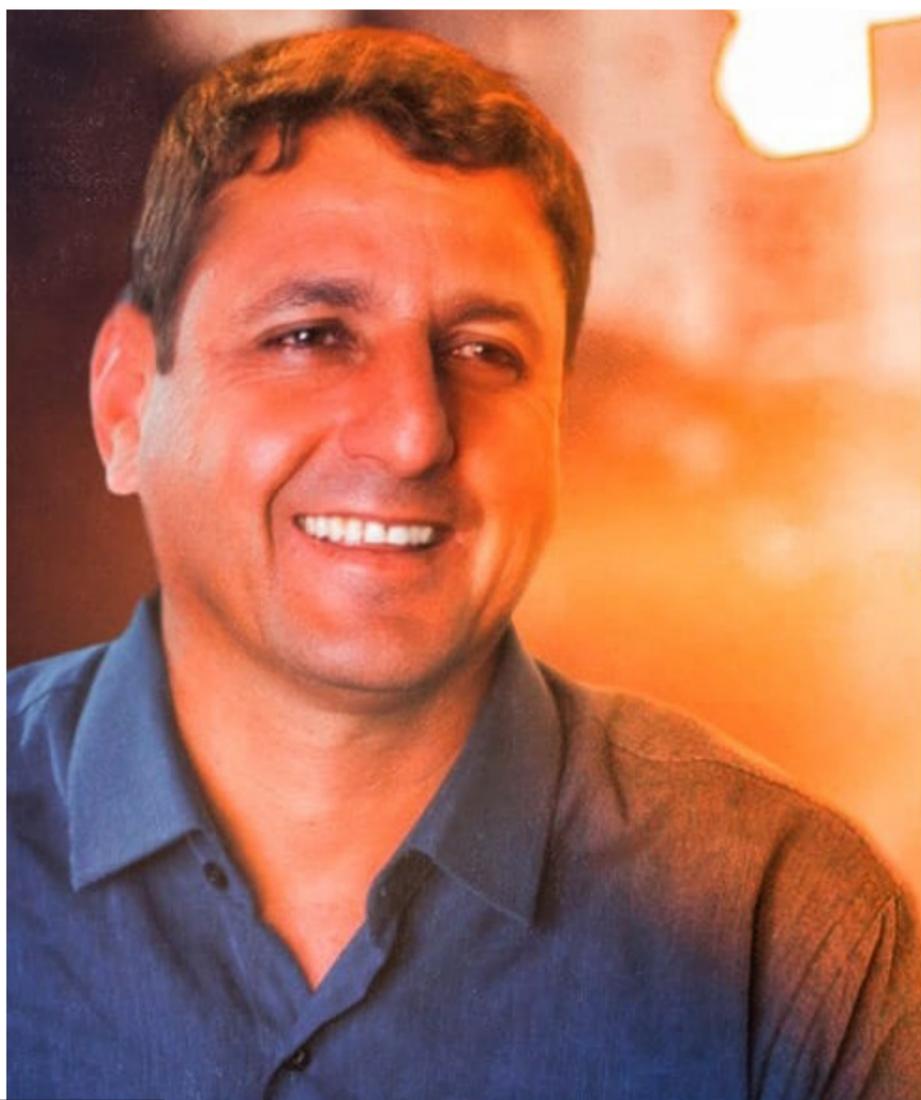
De acordo com o voto da Relatora, seguido pelos demais Conselheiros, na análise das contas da Administração Municipal, de responsabilidade do prefeito Rogério – de Zinho – Bonfim Soares (PSD), em 2021, foram identificadas diversas irregularidades, entre as quais, a não aplicação do percentual mínimo exigido (60%) dos recursos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na remuneração dos professores da rede pública municipal da Educação Básica.

A Conselheira Aline Fernanda Almeida Peixoto apontou ainda, para fundamentar seu voto, o excesso na despesa com pessoal – 60,32% - acima do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Conselheira ressaltou que o excesso de despesa com pessoal é falha e extremamente grave. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o limite de 54% da receita corrente líquida para gastos com pessoal. Os municípios que estão acima disso podem ser proibidos de celebrar convênios com os Governos Federal e do Estado, além da aplicação de penalidades ao gestor.

A Conselheira Relatora apontou ainda, em seu voto, entre outras irregularidades, diversas ocorrências de contratação direta de prestadores de serviços, através de Inexigibilidade de Licitação, afrontando a legislação vigente, além de expressivo déficit orçamentário, superior a R\$ 2,4 milhões.

A Conselheira Aline Fernanda Almeida Peixoto indicou em seu voto, seguido pelo Plenário, a deliberação de Imputação de Multa ao gestor no valor de R\$ 3 mil, a serem pagos com recursos próprios após o trânsito em julgado.

O prefeito Rogério – de Zinho – Bonfim Soares (PSD) poderá recorrer da sentença.



O Tribunal de Contas dos Municípios emitiu Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas de 2021 da gestão do prefeito Rogério – de Zinho – Bonfim Soares (PSD).

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito Rogério – de Zinho – Bonfim Soares (PSD), para oportunizar que pudesse contraditar as alegações do Tribunal de Contas dos Municípios e as providências que estariam ou seriam adotadas para sua defesa.



Marlito Lacerda
CONTABILIDADE LTDA.

Rua Cel. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101
Edf. João A. Lacerda - Centro - CEP: 46100-000
E-mail: marlito@marlitocontabilidade.com.br

www.marlitocontabilidade.com.br
Brumado - Bahia
Telefax: (77) 3441-3033

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Tribunal de Contas dos Municípios aceita recurso e rejeita denúncia que havia aceitado contra prefeito de Brumado

Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) havia sido condenado em 2019 a ressarcir os cofres públicos em mais de R\$ 4 milhões e poderia responder por Improbidade Administrativa, mas Colegiado de Contas recuou e decidiu pela absolvição e retirada da Representação ao Ministério Público Estadual

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: ASCOM/PMB

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia decidiu, no último dia 1º de junho rejeitar uma denúncia que a Corte já havia aceitado contra o prefeito de Brumado, engenheiro Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido).

Ainda que não seja surpreendente e irregular o Colegiado de Contas reverter uma denúncia já aceita, há precedentes, a deliberação dos Conselheiros, que acataram os argumentos da defesa do gestor e emitiram nova deliberação em relação ao Termo de Ocorrência lavrado pela Inspeção Regional de Controle Externo da Corte, que apontou irregularidades na Dispensa de Licitação para a aquisição de imóveis pela Administração Municipal.

Na decisão adotada na Sessão do dia 25 de junho de 2019, relatada pelo Conselheiro José Alfredo Rocha Dias, o Colegiado de Contas, por unanimidade, aceitou a denúncia de que teria havido irregularidades na aquisição de imóveis pela gestão do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, entre os meses de outubro e dezembro de 2017, destinados a execução de Projetos de Ampliação e Construção de Unidades da Rede Pública Municipal [ampliação do Centro Municipal de Educação Agame non Santana (R\$ 3.150.000,00); da Escola Municipal Prof. Roberto Santos (R\$ 370.000,00); da Escola Municipal Arminda Azevedo (R\$ 240.000,00); e construção de cinco Escolas Municipais (R\$ 110.000,00, cada)].

Segundo a denúncia, alguns dos imóveis adquiridos teriam sofrido, em poucos meses, um acréscimo de até 6.500%. Ainda segundo a denúncia, que os Conselheiros julgaram procedente em 2019, a Dispensa de Licitação não atendeu aos critérios normatizados pela legislação vigente, apontando que além dos indícios de superfaturamento, identificou-se a ausência de avaliação prévia.

Em seu voto, em 2019, o Conselheiro José Alfredo Rocha Dias, Relator do Processo na Corte de Contas, recomendou e o Plenário, por unanimidade, assentiu, que o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos fosse denunciado ao Ministério Público Estadual para apuração de suposto Crime contra a Administração Pública, além de ser sentenciado a devolver aos cofres públicos municipais exatos R\$ 4.077.350,93 – valor gasto nas aquisições então consideradas irregulares por superfaturamento - corrigidos monetariamente, além de multa no valor de R\$ 10 mil.

No Recurso, que justificou a mudança no entendimento dos Conselheiros do Colegiado de Contas, a defesa do prefeito apresentou diversos documentos para desconstruir a denúncia, inclusive Laudos Técnicos formulados por Técnicos da Caixa Econômica Federal que teriam comprovado a regularidade dos procedimentos de Dispensa de Licitações adotados pela Administração Municipal de Brumado, bem como sinalizando que não teria havido sobrepreço nas aquisições.

Os documentos juntados ao Recurso pela defesa foram suficientes para que o Relator do Processo, Conselheiro José Alfredo Rocha Dias {que se aposentou no último mês de março} recomendasse e o Colegiado de Contas reconsiderasse a decisão e, extinguindo as punições arbitradas e, inclusive, retirasse a denúncia noticiada ao Ministério Público Estadual.

Na decisão que beneficiou o prefeito, os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios entenderam ter havido tão somente “falhas formais de menor gravidade”, justificando apenas que o gestor recebesse uma advertência.

O prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem partido), foi procurado pela reportagem do JS, por meio da jornalista Carla Luz, da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, para comentar a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, mas não houve retorno dos contatos feitos através de mensagem de texto encaminhada para o telefone 31 99812-**60.



POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ex-prefeito de Itarantim tem contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia aprovou Parecer Prévio a ser encaminhado à Câmara Municipal de

Itarantim, opinando pela rejeição das contas prestadas pelo ex-prefeito Paulo – Construção - Silva Vieira (UB), relativas ao

exercício financeiro de 2020. A rejeição ocorreu em sessão no último dia 15, quando o Pleno do Colegiado confirmou a

proposta de voto do Relator do Processo na Corte, Conselheiro Nelson Vicente Portela Pelegrino.

Um dos fatores que pesou no voto do Conselheiro Nelson Vicente Portela Pelegrino, acompanhado pelo Plenário., para recomendar a rejeição das contas, foi o registro de inscrição de despesas em 'Restos a Pagar Processados' sem suficiente Disponibilidade de Caixa, em dissonância ao equilíbrio das Contas Públicas disciplinado nos artigos 1º e 42º da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Conselheiro Nelson Pelegrino também apontou, em seu voto, além do descumprimento de outras disposições previstas na legislação vigente, a não comprovação do recolhimento de multas aplicadas pela Corte ao gestor.

A Corte de Contas, além de emitir Parecer Prévio pela rejeição das contas, Deliberou pela aplicação de multa no valor de R\$ 4 mil que o ex-gestor deverá recolher aos cofres municipais com recursos próprios, e a formulação de Representação ao Ministério Público Estadual contra o ex-prefeito Paulo – Construção - Silva Vieira (UB) para eventual proposição de Processo de Improbidade Administrativa.

O ex-prefeito poderá recorrer da decisão.



FOTO: BLOG ITARANTIM AGORA

As contas de 2020 do ex-prefeito de Itarantim, Paulo – Construção - Silva Vieira (UB), foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o ex-prefeito Paulo – Construção - Silva Vieira (UB) para que ele pudesse contestar as alegações do Tribunal de Contas dos Municípios e apontar as medidas que estaria ou pretende adotar para reverter a sentença.



Casa do Agricultor
PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS
 Org.: Aloísio Miguel Rebonato
 Edmilson Bastos Batista
Fone: (77) 3473-1347
 Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.
 amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
 End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ministério Público oferece denúncia à Justiça contra ex-secretário municipal de Saúde e empresário de Poções por fraude em Licitação

Na Ação, Promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite requer que os denunciados sejam sentenciados a ressarcir os cofres públicos em mais de R\$ 174 mil

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

FOTO: ASCOM/CMP

O Ministério Público do Estado da Bahia, através da 3ª Promotoria de Justiça de Poções ofereceu denúncia à Justiça contra Artur Moura Neto, ex-secretário municipal de Saúde de Poções, no Governo Almino Alves Viana (PFL, hoje UB), e o empresário Lídio Correia Rocha, então representante legal da Empresa Hidro's Comércio e Serviços Limitada. De acordo com a denúncia, a Prefeitura Municipal de Poções formalizou dois contratos com Empresa Hidro's Comércio e Serviços Limitada, para execução dos serviços de reforma e manutenção da Estação de Tratamento de Água do Povoado de Morrinhos, mas as investigações apontaram que “nenhuma reforma havia sido executada”, causando prejuízo ao erário público.

A denúncia assinada pelo Promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite protocolizada na Justiça, no último dia 6, reforça que o ex-secretário municipal de Saúde de Poções Artur Moura Neto e o então representante legal da Empresa Hidro's Comércio e Serviços Limitada, empresário Lídio Correia Rocha, entre 14 de abril e 10 de junho de 2005, teriam se associado para fraudar Processos Licitatórios, causando prejuízos ao erário municipal.

De acordo com o Promotor de



Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, documentos analisados durante as investigações comprovaram que teria havido “fragmentação ilícita dos Contratos, Dispensa indevida de Licitação, inobservância das formalidades mínimas para Contratação Direta, e pagamento sem a devida comprovação dos serviços prestados”. Ainda segundo apontou na denúncia o Promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, teria restado comprova-

das as irregularidades nos Processos de Pagamento. “A conclusão inequívoca é a de que a liquidação efetivada, para efeito de pagamento, foi completamente irregular, baseadas em declarações falsas, constantes das Notas Fiscais, emitidas pela empresa acionada”, sublinhou o Promotor de Justiça, acrescentando que “os acionados (Artur Moura Neto e Lídio Correia Rocha) praticaram, em união de esforços, atos relativos a uma suposta con-

tratação, visando dar forma a um procedimento que nunca existiu”.

Na Ação, o representante do Ministério Público Estadual requer que ex-secretário municipal de Saúde de Poções Artur Moura Neto e o então representante legal da Empresa Hidro's Comércio e Serviços Limitada, empresário Lídio Correia Rocha, sejam condenados a ressarcir os cofres municipais, de forma solidária, por conta dos danos causados ao erário, o valor de R\$ 174.256,36.

OUTRO LADO

Os denunciados (ex-secretário municipal de Saúde de Poções Artur Moura Neto e empresário Lídio Correia Rocha) não foram localizados pela reportagem do JS para contraditar as alegações do Ministério Público Estadual e apontar as providências que estariam ou serão adotadas para suas defesas.

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Prefeito de Caetité é denunciado por contratações irregulares sem concurso público

De acordo com vereador oposicionista prefeito de Caetité estaria, em tese, afrontando o princípio a que está submetida a Administração Pública ao promover contratações excessivas sem a realização de Concurso Público

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O vereador Jorge Magno de Carvalho Ladeia Júnior (PSDB), ocupou a Tribuna da Câmara Municipal de Caetité, na Sessão ordinária do último dia, para anunciar que teria representado ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e à Subseção Judiciária Federal de Guanambi contra o prefeito do município, Valtécio Neves Aguiar (PDT), por ofensa, em tese, aos Princípios a que está submetida a Administração Pública (Incisos II e IX do Artigo 37 da Constituição Federal) ao promover expressivo número de contratações de servidores temporárias sem a realização de concurso público.

O vereador tucano sublinhou, em seu pronunciamento, que os números impressionam e sugerem a intenção de burla à legislação constitucional vigente com objetivo de violar a Lei em benefício dos interesses políticos/eleitorais do gestor municipal, priorizando não o Projeto de Governo, mas de Poder.

De acordo com o vereador tucano Jorge Magno de Carvalho Ladeia Júnior, ao assumir o mandato em janeiro de 2021, o prefeito Valtécio Neves Aguiar (PDT) encontro na folha de pagamento de pessoal 788 servidores temporários, admitidos sem concurso público. Esse número, ressaltou o vereador, onze meses após a posse, foi registrado um aumento de mais de 88%, saltando para 1.484. Ainda segundo dados divulgados pelo vereador, em 2022, em meio às Eleições Gerais, com o gestor empenhado nas campanhas de seus candidatos à Assembleia Legislativa do Estado e Câmara Federal, principalmente, o número de servidores temporários que ingressaram nos quadros da Prefeitura Municipal de Caetité teve um aumento superior a 23% no número de contratações sem concurso público, chegando a 1.827. A partir das Eleições de 2022, pontuou o vereador oposicionista, teria havia uma redução de mais de 31%, restando 1.248 servidores contratados sem concurso público.

O vereador avalia, no entanto, que os dados apresentados podem ser ainda maiores, considerando, reforçou, a dificuldade de acesso às informações para identificação dos servidores contratados para o que é identificado como "Folha Avulsa", que inclui aqueles servidores que estão atuando, por exemplo, nos serviços (contínuos) de poda de árvores e capina em vias públicas.

Ainda referindo-se ao ano de 2022 e a possível relação entre contratação de pessoal sem concurso público e as Eleições Gerais, o vereador destacou que, além dos 1.827 contratos temporários, haviam outros 291 ocupantes de cargos comissionados, ou seja, 2.118 servidores que não foram admitidos em concurso público, ao passo que os servidores concursados/efetivos eram 816, ou seja, pouco mais de 27,8% do total. "Resta evidente", pontua o vereador, "que em Caetité há bem mais gente atuando na Administração Pública Municipal de forma graciosa que pela via (estreita e impessoal) do concurso público".

Para o vereador, os números reforçam, em sua opinião, a intenção eleitoreira das contratações e justifica o questionamento em relação à real necessidade de terem sido efetivadas e sobre a variação do número de nomeações feitas.

O vereador Jorge Magno de Carvalho Ladeia Júnior (PSDB) apontou, ainda, que boa parte dos servidores contratados ilegalmente são professores, cujos vencimentos são custeados com recursos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que atrai, nesta parte, a competência do Ministério Público Federal.

Segundo entendimento do Superior Tribunal Justiça, a contratação irregular de servidores sem a realização de concurso público pode caracterizar ato de Improbidade Administrativa, desde que demonstrada má-fé do agente que praticou o Ato Administrativo suficiente para configurar o dolo, ao menos genérico.

FOTO: REDES SOCIAIS



Prefeito Valtécio Neves Aguiar (PDT)

FOTO: ASCOM/CMC



O vereador Jorge Magno de Carvalho Ladeia Júnior (PSDB), denunciou o prefeito de Caetité por promover expressivo número de contratações de servidores temporárias sem a realização de concurso público.

POLÍTICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, insistentemente, através da Assessoria, ouvir o prefeito Valtécio Neves Aguiar (PDT), para oportunizar que ele pudesse contraditar as afirmativas feitas pelo vereador tucano Jorge Magno de Carvalho Ladeia Júnior, apontando eventuais medidas que estaria ou pretende adotar se chamado a responder pelas denúncias pelos Ministérios Públicos Federal e do Estado e pela Justiça Federal.



Percival Puggina

(76), MEMBRO DA ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS E CIDADÃO DE PORTO ALEGRE, É ARQUITETO, EMPRESÁRIO, ESCRITOR E TITULAR DO SITE CONSERVADORES E LIBERAIS (PUGGINA.ORG); COLUNISTA DE DEZENAS DE JORNAIS E SITES NO PAÍS. AUTOR DE CRÔNICAS CONTRA O TOTALITARISMO; CUBA, A TRAGÉDIA DA UTOPIA; POMBAS E GAVIÕES; A TOMADA DO BRASIL PELOS MAUS BRASILEIROS. MEMBRO DA ADCE. INTEGRANTE DO GRUPO PENSAR+.

A Corte e as Altezas da União Europeia

Por interesse cívico e com o coração aos pulos, 14 anos atrás, assisti a todos os votos, inclusive aos mais longos, através dos quais os ministros do STF decidiram sobre o futuro da reserva Raposa/Serra do Sol. Na medida em que se ia revelando majoritária a opção pela demarcação contínua das terras, minha expectativa foi sendo substituída por um sentimento de luto que conflitava com a pieguice das manifestações. Aquilo era puro romantismo de má qualidade.

José de Alencar fazia muito melhor. E por menos.

Em meio a tal deserto de senso histórico e vácuo de realismo, o voto do ministro Marco Aurélio Melo foi um oásis. Seu longo trabalho, esparramando argumentos sobre a natureza dos fatos e sobre os elementos jurídicos a eles aplicáveis, foi tão consistente e extenso quanto inútil. Mas o ministro, embora ciente de sua esterilidade, não titubeou em produzir o arrazoado para desnudar os equívocos e os lirismos que caracterizaram a maior parte das manifestações anteriores. Entre elas, obviamente, a contida no voto do relator, o aveludado poeta, inspirado pelas Musas sergipanas, ministro Ayres Britto.

Com esse desalento inconformado que se foi tornando habitual ante as decisões do STF pós petismo, presenciei os momentos finais da sessão. Quando os “capinhas” se preparavam para arredar as poltronas dando saída aos ministros, um derradeiro episódio religou os holofotes, favorecendo a compreensão do que ocorrera naqueles sucessivos dias de deliberação. Alguém, não lembro quem, perguntou em quanto tempo promover a retirada dos não-indígenas. (Não-indígenas integravam uma categoria antropológica muito mal vista por ali). Em quanto tempo, excelências?

Entreolharam-se os senhores ministros. Aproximaram-se inutilmente do pelourinho de onde podiam arfar seus argumentos os advogados dos não-indígenas. Queriam prazo. A decisão veio consensual: “a Corte não dá prazos”. Emite determinações para execução imediata. Ela, a Corte, não esquenta a cuca com o que acontece na ponta dos fatos a partir de suas decisões. São mesquinhas que causam enfado à Corte. Vamos para casa tomar um uísque. Creiam, foi exatamente isso que aconteceu.

Lá no norte do país, cidadãos brasileiros recebiam pela tevê, viva voz e viva imagem, a notícia de sua expulsão imediata, emitida entre bocejos pelos senhores da Corte que não dá prazos. Ao lixo os títulos de propriedade legítimos e os longos anos de árduo trabalho familiar nas terras que a União lhes vendeu. Ao lixo suas lavouras plantadas e seus rebanhos no pasto. Ponham-se na rua, todos, com suas famílias, moradias, máquinas e bens! A Corte decidiu e a Corte, visivelmente, está cansada. Isto é que é trabalho duro! Moleza é plantar arroz no trópico e discutir antropologia com padres que não evangelizam os índios e que desevangelizam os não-índios.

Pois foi exatamente então que se esclareceu minha compreensão sobre o que acabava de acontecer. Foi a Corte. Especialmente a Corte republicana brasileira. O que ela menos quer é contato com a arraia miúda, suas mãos calejadas e seus problemas. A decisão do STF sobre a demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol e a retirada imediata dos não-índios foi apenas uma outra face do mesmo problema cortesão que leva o STF, passados 14 anos, a deliberar a respeito do fim do domínio brasileiro sobre o território nacional no caso do marco temporal. Uma proeza cuja concretização exige ladear a Constituição, atropelar o Congresso e, claro, curvar-se às suas altezas da União Europeia.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

BRUMADO: A CIDADE INVISÍVEL MOSTRA A SUA CARA

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

No último dia 11, Brumado comemorou 146 anos de emancipação política e administrativa, em meio a uma publicidade oficial que mostra importantes avanços conquistados pela Administração do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), principalmente na área da Infraestrutura e Mobilidade Urbana, que inclusive foram contempladas (ainda segundo a publicidade institucional) com recursos superiores a R\$ 80 milhões que serão utilizados na execução de obras em vias públicas da sede e estradas vicinais. Avanços, que podem ser contestados do ponto de vista do valor dos investimentos feitos, dos procedimentos adotados, que incluem, até mesmo, como denunciado e ajuizado, invasão de área privada, e dos processos licitatórios e contratos de empreiteiras, em tese, dentro do que prevê a legislação vigente, nunca da importância estratégica para o futuro do município e dos benefícios imediatos às populações diretamente beneficiadas.

No entanto, enquanto a publicidade oficial e os discursos da seita que cerca o prefeito, muitos deles por conveniência política ou orientados para desgastar a oposição, anunciando com pompa e circunstância apoio a adversários do gestor par disputa da sucessão municipal de 2024, existe uma outra Brumado. Uma Brumado que tem sua infraestrutura e mobilidade abandonadas, que colocam em risco a segurança e a trafegabilidade das pessoas e, por consequência, causam prejuízos imensuráveis à população e empreendedores das localidades.

E, naturalmente, Brumado tem um duro choque de realidade quando se confrontam duas cidades distintas: uma que assiste maravilhada, apesar de eventuais transtornos, intervenções relevantes do Poder Público, com aportes milionários de recursos e a Brumado que vive fora dos limites auspiciosos da propaganda oficial.

Brumado, resta evidente, basta um olhar crítico, mas que não comporte posicionamentos políticos e/ou ideológicos, até porque, fidelidade ideológica e partidária não são ativos de expressiva parcela dos políticos brumadenses, não pode ignorar ou deixar de aplaudir importantes avanços conquistados nos últimos pouco mais de 77 meses de Governo Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido). Infelizmente, por seletividade ou falta de planejamento, ou as duas coisas juntas, os avanços estão restritos a execução de projetos estruturantes grandiosos, que exigem vultosos investimentos e têm sido questionados pelo fato de serem sempre as mesmas empreiteiras vencedoras dos Processos Licitatórios, embora não haja nenhuma evidência de afronta à legislação vigente, em detrimento a obras de requalificação de vias públicas, Praças e equipamentos de uso comunitário que estão abandonados na sede e na zona rural.

Na sede, a Brumado da propaganda oficial, que abriga uma parcela considerável, embora minoritária da população, é hoje, uma cidade diferenciada, que pode e deve se orgulhar de sua qualidade de vida e expectativas para o futuro. Nela, multiplicam-se as grandes obras estruturantes, que exigiram e exigem investimentos milionários, que podem e têm até sido contestados, mas que sinalizam uma evidente preocupação do atual gestor com o futuro. Essa, no entanto, não é a realidade para os brumadenses que habitam a Brumado Invisível aos olhos da publicidade institucional, que agoniza e pede socorro diante da omissão e do descaso do Governo Municipal.

No Bairro Baraúnas, por exemplo, que no último mês de fevereiro, a Prefeitura Municipal, cumprindo acordo fechado para adesão do vereador Paulo César – Bar – de Souza Ferreira (PCdoB) à base de sustentação do prefeito na Câmara Municipal, algumas vias foram “asfaltadas”, mas um dos principais corredores rodoviários da cidade, a Avenida Ana Lídia Viana Cardoso, que faz a ligação dos Bairros Centenário, Parque Alvorada e Nobre e dá acesso aos Bairros Alto do Escalavrado e Olhos D’Água, além de ser uma rota alternativa para acessar o Hospital Municipal Professor José Maria de Magalhães Neto, continua praticamente intransitável, com buracos em quase toda sua extensão. E a situação não é nova. Ano após ano, pelo menos desde 2016, os moradores reclamam, cobram da Prefeitura Municipal e dos vereadores uma ação para sua revitalização, sem que sejam ouvidos. De tempos em tempos, os moradores se cotizam e contratam serviços para tapar os buracos ou se revezam na execução dos serviços usando areia, brita e restos de construções e melhorar minimamente as condições de trafegabilidade e segurança.



FOTOS: EMANOEL FERNANDES.

Importante corredor rodoviário da cidade, a Avenida Ana Lídia Viana Cardoso retrata com fidelidade o descaso da Administração Municipal com o Bairro Baraúnas.

E a situação da via não é desconhecida da gestão municipal e dos membros do Legislativo Municipal. No último dia 13 de fevereiro, durante a Sessão Ordinária da Câmara Municipal, a Avenida Ana Lídia Viana Cardoso foi pauta de pronunciamentos de vereadores da oposição, que cobraram as recorrentes Indicações feitas para que a via fosse recuperada. Na oportunidade, em defesa do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, vereadores da bancada situacionista se posicionaram e, três pronunciamentos chamaram a atenção.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

O primeiro, leviano, para dizer o mínimo, do vereador José – Santinho – da Silva Santos (PSB), que foi incisivo ao rebater as críticas dos opositores do prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) e justificando o não atendimento das Indicações da bancada da Oposição, afirmando, textualmente, que todo o “mérito da execução de obras (inclusive de recuperação de vias públicas e estradas vicinais) da (atual) gestão é da bancada que apoia o prefeito, pois o mesmo (prefeito Eduardo Vasconcelos) não atende seus adversários políticos”.

Segundo o vereador José – Santinho – da Silva Santos (PSB), o prefeito Eduardo Vasconcelos (Sem Partido) não atende Indicações de adversários políticos.



FOTO: ASCOM/CMB

O outro, da vereadora opositora e ex-presidente da Casa, Verimar – do Sindicato – Dias Meira da Silva (PT), sublinhando que no último ano de sua gestão à frente do Legislativo Municipal (2022), teriam sido devolvidos aos cofres públicos municipais quase R\$ 1 milhão, com a Indicação de que parte dos recursos fossem destinados a restauração da Av. Ana Lúcia Viana Cardoso, sem que qualquer intervenção tenha sido realizada, dois meses depois.

Ex-presidente do legislativo Municipal, a vereadora opositora Verimar – do Sindicato – Dias Meira da Silva (PT), ressaltou ter devolvido aos cofres municipais no final de 2022 quase R\$ 1 milhão, com Indicação de que parte dos recursos seriam investidos na requalificação da Av. Ana Lúcia Viana Cardoso.



FOTO: ASCOM/CMB

E o terceiro, inconsequente e arrogante, da vereadora governista Edilsa Maria – Lia – Teixeira do Espírito Santo (PCdoB), que, em meio às acaloradas discussões, apontou que “o prefeito (Eduardo Lima Vasconcelos) vai consertar a Avenida Ana Lúcia Viana Cardoso, pois a mesma é onde fica a garagem da minha casa”.

Segundo a vereadora Edilsa Maria – Lia – Teixeira do Espírito Santo (PCdoB), no último mês de fevereiro, a Av. Ana Lúcia Viana Cardoso seria recuperada, “pois a mesma é onde fica a garagem da minha casa”.



FOTO: ASCOM/CMB

Quatro meses depois, a Av. Ana Lúcia Viana Cardoso continua abandonada pelo poder público, sinalizando que o gestor, ou está retaliando os moradores, possivelmente por entender que sejam, como apontou o vereador aliado José – Santinho – da Silva Santos (PSB), “adversários políticos”, ou a vereadora Edilsa Maria – Lia – Teixeira do Espírito Santo (PCdoB) foi enganada e não tem o prestígio que imagina ter para que a via que fica no portão da garagem de sua casa ofereça condições mínimas de trafegabilidade e segurança..

O certo é que os moradores da via se sentem abandonados e contabilizam prejuízos com a desvalorização de seus imóveis e das atividades co

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

merciais. É, por exemplo, o que relata o comerciante Deusdete Bernardino da Silva, popularmente conhecido como Chefia, 81 anos. Segundo ele, os moradores se revezaram e por diversas vezes estiveram na Prefeitura cobrando uma intervenção na via. Da mesma forma, vereadores, da situação e oposição, também foram inúmeras vezes procurados para intervir em favor dos moradores, mas sem que qualquer investimento fosse feito na recuperação da Avenida Ana Lúcia Viana Cardoso.

Cansados de espera, segundo o senhor Deusdete Bernardino da Silva, os moradores por diversas vezes se reuniram para recuperar a via, em mutirões ou fazendo “vaquinha” para arrecadar recursos e pagar para que alguns trechos fossem cimentados.

O comerciante subiu o tom ao lembrar que no início do ano, ao ser cooptado – na verdade usou outro termo – pelo prefeito para engrossar a bancada governista e ajudar a eleger o presidente da Câmara Municipal, o vereador César Bar (Paulo César de Souza Ferreira, do PCdoB), exigiu o asfaltamento de vias do Bairro Baraúnas, não incluindo a Avenida Ana Lúcia Viana Cardoso. “Na verdade”, entrevistou outro morador, sob reserva, “o vereador beneficiou ruas que atenderam a interesses pessoais e de pessoas ligadas a ele, sem nenhuma preocupação com os moradores do Bairro. Espero que no ano que vem isso não seja esquecido”, sublinhou

O abandono, diversas vias sem pavimentação, tomadas por buracos e sem iluminação pública, com matagal tomando conta de terrenos, inclusive da Quadra de Esportes e lixo se espalhando por terrenos e equipamentos de uso comunitário, no Bairro Baraúnas, não é “privilegio” da Avenida Ana Lúcia Viana Cardoso. É um cenário real e que ilustra bem a Brumado invisível na localidade.

Mas, essa Brumado Invisível aos olhos da publicidade oficial extrapola os limites da Avenida Ana Lúcia Viana Cardoso e de diversas outras vias dos Bairros que corta. Ela pode ser vista, ainda mais perversa, no entorno do prédio onde funcionou a loja da Cesta do Povo, supermercado da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), autarquia do Governo do Estado, extintos em 2017, em uma das portas de entrada e saída da cidade, e que hoje abriga uma espécie de “Cracolândia”, onde a prostituição e o consumo de drogas desafiam os comerciantes e consumidores do Mercado Municipal e moradores da região.



Ainda no Bairro Baraúnas, Quadra de Esportes abandonada.

FOTO: EMANOEL FERNANDES.

Importante voltar no tempo e, mais uma vez, fazer um contraponto da publicidade oficial com a realidade. Em 2018, concluído o processo de extinção da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal) e, por consequência, o fechamento da loja da Cesta do Povo, o Governo do Estado (gestão do petista Rui Costa dos Santos), através da Secretaria de Estado da Administração da Bahia, cedeu o prédio à Prefeitura Municipal de Brumado. Na época (1º de março de 2018), com pompa e circunstância e registro na publicidade oficial, o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, então filiado ao PSB e aliado dos que hoje chama de “comunistas e esquerdopatas”, anunciou que o prédio cedido pelo Estado seria utilizado para ampliação do Mercado Municipal, “beneficiando cerca de 200 famílias, melhorando a infraestrutura do local e dinamizando a economia da cidade”. Sessenta e dois meses depois, o Projeto de Ampliação do Mercado Municipal não saiu do papel e o prédio abandonado teve uma das portas arrombada e se transformou em sanitário, depósito de drogas e objetos de pequenos furtos de um grupo que habita o local, ponto de prostituição e abrigo.



Na porta de entrada e saída da cidade, o prédio da antiga Loja da Cesta do Povo, abandonado e vandalizado, tem servido para consumo de drogas e prostituição por moradores em situação de rua.

FOTO: EMANOEL FERNANDES.

Na porta de entrada e saída da cidade, o prédio da antiga Loja da Cesta do Povo, abandonado e vandalizado, tem servido para consumo de drogas e prostituição por moradores em situação de rua.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

Não há registro, pelo menos é o que afirmam os comerciantes do Mercado Municipal e moradores de seu entorno, da presença no local de servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. “Quem aparece por aqui, quase sempre, em razão dos desentendimentos dos ‘moradores’ e na pista de roubos na cidade, é a Polícia Militar. Da Prefeitura, quando aparece alguém por aqui são Fiscais do Setor de Tributos”, ironizou um comerciante que concordou em falar desde que tivesse a identidade preservada, alegando temer retaliações.

FOTO: EMANOEL FERNANDES.



Uma parte pavimentada da Rua Balbiano dos Santos está praticamente intransitável, o restante, não teria sido calçada, segundo moradores, por retaliação política.

A face perversa da Brumado Invisível também mostra sua cara no Bairro Olhos D’Água, mais precisamente e de forma mais escancarada, na Rua Balbiano dos Santos, que teve parte pavimentada pelo Governo Eduardo Vasconcelos, restando cerca de 200 metros sem calçamento. Os moradores, a maioria por temer retaliações, preferem não falar. Quem fala, no entanto, reflete a indignação de todos. É o caso de um morador, que se identificou como Wellington, conhecido por Paulista, de 51 anos. Segundo ele, as obras de calçamento da via foram paralisadas há cerca de oito anos e, de lá para cá, os duzentos metros que ficaram sem o benefício, não recebeu qualquer intervenção da Prefeitura Municipal. Para ele, é evidente que o prefeito Eduardo Vasconcelos não concluiu as obras, certamente para retaliar algum morador com o qual teve desavença política. “(O prefeito) Só não esquece de cobrar o IPTU, que pagamos como todos os outros moradores de Brumado”, disparou.

A face perversa da Brumado Invisível, que vive fora dos limites sorridentes da publicidade oficial está presente também no Bairro Irmã Dulce, pejorativamente conhecido como Morro dos Macacos, na periferia da cidade, que abriga uma população majoritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os moradores da localidade reclamam da falta de saneamento básico - os esgotos correm a céu aberto que quando chove, com as galerias entupidas por falta de manutenção e limpeza, acabam inundando as casas - do acúmulo de lixo que atrai cobras, ratos e escorpiões colocando em risco, principalmente, crianças e idosos.

FOTO: EMANOEL FERNANDES.



Matagal e esgoto a céu aberto fazem parte da paisagem do Bairro Irmã Dulce, colocando em risco a segurança e a saúde dos moradores.

A dona de casa Maria de Fátima, 41 anos, que a cinco reside no Bairro, relatou o abandono em que vivem os moradores. “Moro aqui há 5 anos e este esgoto tem causado transtornos. Nós temos crianças e elas estão sujeitas a todo tipo de doenças por causa desse esgoto que corre nas ruas”, destacou, acrescentando que é preciso que haja uma ação da Prefeitura Municipal, “pois está quase impossível viver nessa situação, em meio a esgoto a céu aberto, matagal e lixo”. A dona de casa concluiu lembrando que os moradores do Bairro somente são lembrados pelo prefeito e vereadores na época das eleições. “Vêm aqui, tiram fotos, fazem promessas e depois somem. Nada fazem”, indignou-se.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

FOTOS: EMANOEL FERNANDES



Ruas esburacadas, Quadra de Esportes abandonada e vandalizada e Parque Infantil abandonado e com equipamentos quebrados: O Bairro São Félix pede socorro!

No Bairro São Félix, um dos mais populosos da cidade, é outro onde há um constrangedor confronto entre a propaganda oficial e a realidade em que vivem seus moradores. As reclamações são as mesmas de outras localidades da sede ignoradas pelo poder público: ruas sem pavimentação ou pavimentadas e cheias de buracos, lixo espalhado pelas vias por conta de um serviço deficiente ou da falta de serviço de varrição e coleta, mato tomando conta de terrenos baldios e, até mesmo, equipamentos de uso comunitário (Praças e Quadras de Esportes) construídos com recursos públicos, abandonados e transformados em lixões. É o que apontou a moradora Daniela Medrado, 31 anos, que reside no Bairro São Félix há dez anos. Segundo ela, o cenário do Bairro é desolador. De acordo com a moradora, a Prefeitura Municipal construiu um Parquinho, que por falta de fiscalização e manutenção está hoje tomado pelo mato, com equipamentos quebrados. "Também construíam uma Quadra de Poliesportiva que foi abandonada e hoje é um verdadeiro lixão e tem servido para moradores (carroceiros) colocar cavalos. Não bastasse tudo isso, ainda falta iluminação pública, as Ruas e Praças estão às escuras, as árvores que não são podadas invadem a fiação elétrica de alta tensão. Estamos jogados às traças", indignou-se a moradora.

FOTOS: EMANOEL FERNANDES



Ruas esburacadas fazem parte da paisagem do Bairro São Félix, um dos mais populosos da cidade.

Outro Bairro, com grande densidade populacional e predominantemente de pessoas em situação de vulnerabilidade, o Dr. Juracy Pires Gomes (Cavahada), é outra localidade da sede municipal do município onde são conflitantes as realidades da Brumado da publicidade oficial com a Brumado Invisível. Segundo os moradores, que a exemplo de outros pontos da cidade, por dependerem de serviços públicos, principalmente nas áreas da Saúde e da Assistência Social, e temer sofrer represálias, ou não falam ou concordam em se expressar desde que suas identidades não sejam reveladas, a população do Bairro Dr. Juracy Pires Gomes está abandonada, sem nenhuma atenção da atual Administração Municipal.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

FOTOS: EMANOEL FERNANDES



Para alertar motoristas, moradores colocaram uma cruz coberta com um pano na esquina da Rua Maria Angélica e a Praça João Romão, onde um esgoto estourado ameaça a segurança dos usuários das vias.

Dos poucos que se identificam, Enoque da Silva, 53 anos, morador da Rua Maria Angélica, as vias públicas da localidade estão, a maioria delas, intransitáveis em vários pontos, com muito lixo e esgotos sem manutenção, comprometendo não apenas a trafegabilidade e segurança de usuários de veículos, como principalmente a Saúde das pessoas. “A minha Rua é um exemplo do descaso, está em situação crítica. Há, por exemplo, entre ela (Rua Maria Angélica) e a Praça João Romão, um esgoto (estourado), com um buraco no meio da Rua, onde colocamos uma cruz e cobrimos com um pano para sinalizar e evitar acidentes. Colocamos a cruz para que eles (Prefeitura Municipal) tenham misericórdia da nossa situação”, ironizou.

A verdade, embora outros Bairros da cidade também reclamem ações do poder público, os visitados pela reportagem do JS mostram que, ainda que seja reconhecida como uma cidade diferenciada, reconhecida como uma das avaliadas do interior baiano, que vem se desenvolvendo – graças principalmente ao dinamismo das atividades dos comércios varejista e de serviços – gerando empregos e renda e oferecendo qualidade de vida a seus moradores, Brumado está dividida entre duas realidades.

A realidade que tem se esforçado e obtido relativo sucesso nos investimentos milionários que têm sido feitos, principalmente nas áreas da Saúde, Educação e Infraestrutura Urbana, e retratados pela publicidade oficial e, outra, de Ruas esburacadas, Praças abandonadas, esgotos correndo a céu aberto ou entupidos, equipamentos e aparelhos públicos abandonados, que causam prejuízos de toda ordem aos moradores e chamam a atenção de quem passa nos locais, menos do Governo Municipal que, de fato, passa longe desses cenários e parece evitar um debate que exige, acima de tudo, respeito.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, através da jornalista Carla Luz, que responde pela Empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Brumado para os serviços de Assessoria de Comunicação Social, por meio de mensagem de texto encaminhada pelo WhatsApp 31 99812-**60, ouvir o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido) e o titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano, Thiago Rodrigues Amaral, para oportunizar que pudessem contraditar os relatos feitos pelos moradores e apontar medidas que estão ou deverão ser adotadas no sentido de reverter o quadro, mas não obteve resposta até o fechamento desta Edição.

No que se refere à denúncia da existência de uma área de concentração de usuários de drogas e de prostituição nas imediações do prédio da antiga Cesta do Povo, a Diretora do Departamento de Proteção Especial e Coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Psicóloga Letícia Brida Meira Souza, minimizou a situação, não apenas do local, mas em toda a cidade. Segundo ela, “existe uma população consideravelmente pequena em condição de rua, algumas delas vivendo nas imediações da antiga loja da Cesta do Povo que são usuários de substâncias psicoativas, porém à noite, retornam para suas residências”.

CIDADES – REPORTAGEM ESPECIAL

A Psicóloga prosseguiu afirmando que “hoje temos oito pessoas que são acompanhadas pelo Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), através do serviço de abordagem social”. Ainda segundo Letícia Brida, muitas das pessoas abordadas pelo Creas têm residência fixa na cidade. “Essas pessoas, por escolha ou vínculos familiares fragilizados, escolheram estar na rua. Temos, também, pessoas que vieram de outras cidades e não querem retornar para suas cidades de origem”, reforçou a Diretora do Departamento de Proteção Especial e Coordenadora do Creas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, acrescentando que “o município está atento a esta situação e será implementado e instalado no Complexo do antigo Derba (antigo Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia, atual Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia) um Albergue (promessa feita pelo gestor em uma live no dia 27 de abril de 2022) para receber esta população em condição de rua”.



FOTOS: EMANOEL FERNANDES.

Psicóloga Letícia Brida Meira Souza, Diretora do Departamento de Proteção Especial e Coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Citado nominalmente por um morador do Bairro Baraúnas, o vereador Paulo César (César Bar) de Souza Ferreira, do PCdoB, que contrariando os princípios programáticos e ideológicos da legenda ao qual está filiado aderiu de “mala, votos e cuia” ao prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (Sem Partido), cujo caráter mais autoritário do seu discurso e da sua prática política o identificam como sendo da “extrema-direita”, reagiu de forma agressiva e mal-educada ao ser abordado, por telefone (77 98846-**47) pela reportagem do JS, para que pudesse contraditar as afirmativas feitas pelo cidadão.

Ao ser informado sobre o assunto a ser tratado, o vereador comunista (sic), em tom des-cortês, disse primeiro que estava almoçando e, em seguida, que estaria viajando. Diante da insistência do repórter, o vereador Paulo César (César Bar) de Souza Ferreira apontou que não concede “entrevista no tempo que o Jornal quer, mas no seu tempo”. Continuou ressaltando que, se o JS tivesse interesse em ouvi-lo, marcar, em horário que definiria, para o dia 18, deixando evidente que, naturalmente, não teria como contestar o que disse o morador do Bairro Baraúnas.



FOTO: FABIANO NEVES/BLOG DESTAQUE BAHIA

O vereador Paulo César (César Bar) de Souza Ferreira, do PCdoB, foi criticado por um morador por não ter incluído a Av. Ana Lúcia Viana Cardoso no pacote de pavimentações do Bairro negociado para aderir ao prefeito, negou-se a comentar.

CIDADES – TRANSPORTE ESCOLAR

Tribunal de Contas identifica irregularidades no Transporte Escolar e notifica prefeita de Vitória da Conquista

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Transporte Escolar de Vitória da Conquista foi alvo de uma auditoria do Tribunal de Contas dos Municípios, que apontou irregularidades na contratação e na execução do serviço. Segundo o relatório da auditoria, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista ao optar pela contratação dos serviços de Transporte Escolar amparada no dispositivo previsto no Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), sem a realização do certame Licitatório. Os Auditores da Corte de

Contas, no entanto, identificaram que a não realização de Certames Licitatórios para contratação de prestadores de serviços em diferentes áreas do Governo Municipal tem sido uma prática recorrente da Administração Municipal de Vitória da Conquista e, no caso específico do ajuste para execução dos serviços de transporte escolar, restaram suspeitas em relação ao cumprimento das exigências legais e técnicas para garantir a segurança e a qualidade do transporte dos alunos.

FOTOS: ARQUIVO/LEITOR DO JS



Audidores do Tribunal de Contas dos Municípios identificaram diversas irregularidades, que comprometem a segurança dos alunos, no Transporte Escolar de Vitória da Conquista.



Entre as irregularidades listadas pelos Auditores do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que já haviam sido descritas em inspeção realizada no último mês de março, estão a ausência de equipamentos adaptados para atender alunos com necessidades especiais, a falta de certificação dos condutores no Curso Específico de Transporte Escolar, a inexistência de tacógrafos, a ausência de cintos de segurança, o desgaste nas estruturas internas e externas dos veículos, além da comprovação, em alguns casos, que os veículos utiliza-

dos (contratados) são inadequados em termos de tamanho e não preenchem as necessidades do público a população atendido.

A prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (UB), conforme publicado na Edição do último dia 1º de junho, do Diário Oficial do Tribunal de Contas do Município, recebeu as notificações da Corte de Contas relativas às irregularidades identificadas pelos Auditores e terá até o próximo dia 21 de junho para apresentar sua defesa.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou ouvir a prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (UB), para que pudesse contraditar e comentar a Recomendação do Tribunal de Contas dos Municípios em relação ao Transporte Escolar, tendo encaminhado mensagem de texto (WhatsApp +55 71 99928-**27) para o titular da Secretaria Municipal de Comunicação Social, jornalista Luiz Fernando Lima, mas não obteve resposta até o fechamento desta Edição.

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

“A violência contra mulher é cíclica, começa de maneira leve e vai se agravando quando não se toma nenhuma medida inicialmente, até acabar em feminicídio”, pontua Delegada Titular da Neam de Brumado

FOTOS: VINÍCIUS CAIRES MARTINS



◆ **LETÍCIA ARIÁDNE GOMES**
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Quem pensa que uma Delegada de Polícia Civil, Titular de uma Delegacia ou Núcleo Especializado de Atendimento da Mulher está mais voltada à defesa criminal e policial das mulheres vítimas de violência, engana-se. Ellen Mara Lages Neiva Pierote, Titular do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (Neam), recentemente inaugurado em Brumado, que faz parte da estrutura da 20ª Coordenadoria Regional de Polícia Civil do Interior, ressalta que ser um servidor público e, principalmente, Delegado ou Delegada de Polícia, tem de ter na essência da atuação a humanização, dedicação e paciência. Reforça, ainda, que a atuação do Policial tem de ter um olhar para a questão social. “... Não só auxiliamos mulheres, como também auxiliamos pessoas”, reflete a Delegada.

No último dia 14, a Delegada Ellen Mara Lages Neiva Pierote abriu espaço em sua agenda de trabalho para conceder uma entrevista exclusiva ao JS, apontando que muitas mulheres chegam fragilizadas e com medo a uma Delegacia de Polícia, mesmo a Especializada em Atendimento à Mulher, e demonstrando não ter perspectivas de sequência de vida depois da agressão, o que torna ainda mais relevante a forma como será acolhida.

Apesar da constatação, a Delegada reforça que essas mulheres vítimas de violência e seus filhos sempre encontram apoio e respaldo nos Órgãos de Segurança Pública, mais especificamente nas Delegacias e Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher, que na Bahia, graças, segundo pontuou, uma mudança de paradigma, a Segurança Pública tem sido reestruturada, “transformado (principalmente) a Polícia Civil em um ambiente com mais capacitação, mais humanizado”.

A Delegada sublinhou ainda que as mulheres vítimas de violência precisam ser ouvidas e assistidas. Por isso, destaca a importância dos avanços e da ampliação de Delegacias e Núcleos Especializadas. E concluiu afirmando que é preciso dar ênfase à Educação, seja nas Escolas, na Família ou na Comunidade, para discutir temas como a igualdade de gênero e o respeito às diversidades.

Confira os principais trechos da entrevista;

JORNAL DO SUDOESTE – O Boletim ‘Elas vivem: Dados que não querem calar’, divulgado no último dia 6 de março pela Rede Observatório da Segurança, aponta que a Bahia, em 2022, a violência contra mulher no Estado registou um aumento de 58% e liderou, na região Nordeste, os de feminicídio. Esses dados contrariam os divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia. Essa divergência, na opinião da senhora, reflete que a subnotificação é muito expressiva?

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Sem dúvida. Não do feminicídio, porque o feminicídio é um crime contra a vida e requer muito cuidado das forças de segurança. Mas, em relação a outros crimes, há sim muita subnotificação.

JS: O que a senhora sugere deva ser feito para mudar esse quadro?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Eu acho que quanto mais a gente discutir e abordar esse assunto, mais nós poderemos levar conhecimento para aquelas pessoas que ainda não tem noção de seus Direitos e do que pode ser feito. É claro que as criações das Deams (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) e das Neams (Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher) vão contribuir muito para isso, até porque, vem muitos profissionais qualificados e essa pulverização das informações é algo importantíssimo. Geralmente fazemos visitas às Escolas, às Ongs (Organizações Não Governamentais), onde as pessoas nos convidam e levamos a informação, principalmente no que concerne a Lei Maria da Penha. É essa divulgação que eu acho de extrema importância para que as pessoas saibam a quem procurar, quais são os Órgãos, quais são os números de telefones disponíveis para ela buscar ajuda.

JS - Em quais Leis a agressão à mulher é mesmo tipificada?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Bom, a Lei Maria da Penha, é uma Lei específica para a violência contra a mulher. Só que os crimes tipificados estão no Código Penal. Os mais comuns que são ameaça, lesão corporal, dentre outros que são mais comuns. Esses estão tipificados dentro do Código Penal e essa tipificação é geral (tanto para homens quanto para mulheres), mas quando é voltada para a mulher, principalmente em ambiente doméstico, ocorre o agravamento da pena. É priorizada dentro do processo legal, tem mais celeridade no seu julgamento. Deixamos de instaurar um simples Termo de Ocorrência, que resulta, por exemplo, em uma pena bem menor para aplicação de uma pena mais adequada ao crime de violência doméstica contra mulher.

JS - Qual a previsão de pena para esse tipo de crime?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: São várias. O crime de feminicídio pode ir até 30 anos. O (crime) de lesão corporal, dependendo do grau, se for grave, gravíssimo, a pena varia; o crime de ameaça, de destruição de documentos ou de dano ao patrimônio da mulher, cada um tem um tempo de pena diferente dentro do Código Penal.

JS - Considerando que o ser humano é gregário por natureza, a senhora concorda que as medidas adotadas para inibir o ajuntamento de pessoas durante a fase crítica da pandemia, teria sido determinante para o aumento dos índices de violência contra mulher?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Sim, sem dúvida. Mesmo porque a mulher teve sua rede de apoio diminuída, como por exemplo: foram diminuídas as visitas à família, às Igrejas e outros centros religiosos, e até mesmo numa manicure, onde eventualmente, a mulher encontra esta rede de apoio e (na pandemia) tudo isso foi podado. Isso com certeza aumentou bastante a subnotificação. É claro que, por ser um serviço essencial, todos os serviços de Segurança Pública não pararam, assim como também as áreas da Saúde, por exemplo, mas infelizmente a rede de apoio mesmo foi diminuída.



“... Viemos de uma cultura machista e patriarcal e não se muda cultura da noite para o dia. A gente tem normas nacionais e internacionais que trouxeram muito avanço formal contra a violência doméstica e contra a mulher. Mas, materialmente mesmo, aqui no Brasil, só com o advento da Lei Maria da Penha que trouxe mecanismos de excelência para coibir e prevenir essas violências de ocorrerem”

JS- O combate à violência de gênero esbarra em entraves como o machismo, a cultura do abuso, etc. Na prática, por que é tão difícil combater esse tipo de crime?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Sem sombra de dúvida é a nossa cultura. Viemos de uma cultura machista e patriarcal e não se muda cultura da noite para o dia. A gente tem normas nacionais e internacionais que trouxeram muito avanço formal contra a violência doméstica e contra a mulher. Mas, materialmente mesmo, aqui no Brasil, só com o advento da Lei Maria da Penha que trouxe mecanismos de excelência para coibir e prevenir essas violências de ocorrerem. Mas sem dúvida é a nossa cultura e não é só do homem para com a mulher, as vezes nós mulheres reproduzimos falas e comportamentos machistas, afinal todos nós estamos inseridos nessa cultura. Então transformar isso, além de desafiador, irá demandar um bom tempo. Mas estamos caminhando a passos largos.

JS - Quais são, a priori, os motivos mais ostensivos que levam um homem a agredir – física, psicológica, moral e/ou patrimonialmente – sua companheira?

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Cada caso é um caso, mas, como eu disse, temos a questão cultural. Muitos deles estão repetindo padrões e foram criados dentro de um lar agressivo e não entendem que aquilo é errado e por isso que são muito importantes esses programas de acompanhamento, tanto da vítima quanto do agressor. É importante também que ele se enxergue e entenda que ele faz parte do processo de evolução, porque a humanidade está em constante processo de evolução e que ele pode sim ter sido vítima de violência, mas que ele não precisa repetir o ciclo da violência.

JS - A senhora consegue identificar uma correlação direta entre o feminicídio e a omissão da vítima em ter denunciado as agressões anteriores do algoz?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Algumas vezes sim, mas não acho que elas sejam determinantes. Muitas vezes ela já denunciou antes e já foram adotadas medidas protetivas, as quais já foram deferidas pelos Tribunais de Justiça, mas não vejo como determinante.

JS - Então, em caso de agressão de mulheres por homens, o que recomendam mais imediatamente os códigos da segurança da parte da agredida?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Bom, se a agressão está acontecendo ou acabou de acontecer, a mulher deve ligar para o 190 - Polícia Militar - e buscar ajuda. Se por caso ela tenha ficado em uma situação que a impede de fazer contato, deve procurar, imediatamente no dia seguinte à Delegacia de Polícia. Mas nós temos vários canais, inclusive o Disque 100 e o Disque 180, que são canais gratuitos para que seja feita a denúncia. (Disque Denúncia) é um trabalho efetivo e geralmente em menos de 24 horas nós já recebemos as notificações desses Órgãos de que houve essa denúncia e, a partir de então, temos um prazo de geralmente 15 dias para demonstrar o que foi feito pelo Setor de Segurança Pública para poder ajudar a vítima da agressão. Existem diversos canais também que funcionam pela internet, pesquisando no Google você pode encontrar diversos links onde pode ser feita essa notificação. Tem o Ministério Público e, às vezes, até os próprios Tribunais de Justiça disponibilizam números (telefone) nos quais você pode denunciar. Existem inúmeros canais pouco divulgados. As vezes a vítima não conhece a rapidez e a eficiência do serviço, mas é importante dizer que ele existe, para que, se necessário for, ela utilize esses canais.



“... há diversas razões que impedem as vítimas de denunciar seus agressores. Fator cultural, fator religioso, a vergonha. Existe um peso muito grande sobre a mulher que é aquela ideia de que ela é a mantenedora da unidade do lar enquanto o homem sai para prover, então a sensação de fracasso, constrangimento e às vezes até a família força a situação, por exemplo quando a mulher não denuncia a pedido dos filhos.

JS - As mulheres agredidas conhecem os Direitos delas assegurados pela Lei Maria da Penha, ou falta essa apropriação?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Muitas delas até conhecem esse Direito, mas, há diversas razões que impedem as vítimas de denunciar seus agressores. Fator cultural, fator religioso, a vergonha. Existe um peso muito grande sobre a mulher que é aquela ideia de que ela é a mantenedora da unidade do lar enquanto o homem sai para prover, então a sensação de fracasso, constrangimento e às vezes até a família força a situação, por exemplo quando a mulher não denuncia a pedido dos filhos. São diversos fatores e a grande maioria deles são culturais

JS - Como reverter essa situação?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Como eu disse, com um trabalho de divulgação. Precisamos trabalhar diretamente com a Educação, educando crianças e adolescentes mostrando para eles que não é porque eles vivem em um lar de violência que eles precisam repetir isso. E mostrar o quanto tudo isso é equivocado e o quanto essa cultura machista é equivocada, falar sobre a igualdade de Direitos. A questão da interpretação da religião, das palavras bíblicas, isso colabora bastante também com o índice de violência. Acho que precisamos trabalhar na base da cultura, que é a Educação e educar também nós adultos e ter uma vigilância constante em relação a nossas frases e posicionamentos, estar aberto a repensar, ter empatia e se colocar no lugar do outro.

JS - A senhora considera, socialmente, um agressor doméstico um ser também agredido pela própria agressão que comete?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Cada caso é um caso, mas, como eu disse, temos a questão cultural. Muitos deles estão repetindo padrões e foram criados dentro de um lar agressivo e não entendem que aquilo é errado e por isso que são muito importantes esses programas de acompanhamento tanto da vítima quanto do agressor. É importante também que ele se enxergue e entenda que ele faz parte do processo de evolução, porque a humanidade está em constante processo de evolução e que ele pode sim ter sido vítima de violência, mas que ele não precisa repetir o ciclo da violência.

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

JS - Como mulher, como a senhora se sente ao ter que lidar com esses tipos de caso diariamente?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Às vezes é bem triste e é desafiador. Nós que trabalhamos com essa área abraçamos mais como uma missão do que como função. Não só auxiliamos mulheres, como também auxiliamos pessoas. Trabalhamos em tirar essa ideia de posse do machismo estrutural. É transformador. Eu tento criar meus filhos, tenho dois meninos e tento criá-los para um mundo melhor. Eu acho que se cada um fizer a sua parte e criar seus filhos e filhas preparados para criar um mundo melhor, conseguiremos criar a longo prazo um mundo melhor.

JS - A senhora consegue manter o distanciamento profissional e não se envolver com tantas situações de violência

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Na grande maioria das vezes sim. Mas existem situações bastante peculiares onde a gente acaba se envolvendo e se emocionando. É normal do ser humano.

JS – Apenas para citar um exemplo, o cantor cearense Iverson de Souza Araújo, popularmente conhecido como DJ Ivis, em julho de 2021, apareceu em vídeo agredindo a ex-esposa e, ato contínuo, ganhou 250 mil seguidores nas mídias sociais. A senhora identifica nisso uma cultura coletiva de embrutecimento da sociedade?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Vamos entrar agora em uma situação bastante complicada, porque é uma questão até de posicionamento político. Eu acho que quando isso ocorreu estávamos no meio de um governo que proferia o tempo todo palavras de agressividade, então eu acho que deu voz à muitas pessoas que viveram caladas durante um tempo e acho que é tudo uma questão social que envolve também a política. Não foi apenas o caso dele, outros agressores também ganharam mais seguidores por questão de identificação.

JS - A senhora consegue visualizar uma cura social para esses males?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Eu acho que só através do investimento na Educação. Eu acho importante a Segurança (Pública) porque nós precisamos coibir, mas a prevenção mesmo é apenas por meio da Educação.

JS - A violência doméstica não deveria ser um tema acadêmico, a unir a Escola-Educadores, Estado, pais, filhos e estudantes?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Precisamos inserir temas polêmicos não só como a do machismo, mas também a do racismo, a da homofobia e promover debates envolvendo toda a família. Há algum tempo fui convidada a falar em uma Escola sobre essa questão da violência contra mulheres, crianças e adolescentes, em um encontro de Família na Escola. Eu achei uma iniciativa fantástica da direção da Escola e foi um trabalho bastante produtivo.

JS – Durante muito tempo foi senso comum na sociedade reduzir o universo da violência doméstica somente às desavenças entre marido e mulher. A senhora entende que esse conceito já foi ou está sendo superado?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Sim, já está sendo superada e vemos isso através do número de denúncias realizadas por terceiros, através dos canais que já citei. A gente recebe muitas notícias de violência doméstica feitas por terceiros. Tem-se mudado bastante esse efeito que a frase “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, e se mete sim! A gente tem que trabalhar com uma sociedade melhor e menos violenta.

JS – Já há jurisprudência de aplicação da Lei Maria da Penha sobre casais de lésbicas e mulheres trans?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Tem, já existe. Já existem casos que já foram julgados e está sendo trabalhado bastante isso dentro dos Tribunais.

JS – Embora a Neam tenha sido recentemente instalada na estrutura da 20ª Cooprin, a senhora tem uma atuação destacada como Delegada Territorial e Plantonista de Delegacias Territoriais da região. Com base nesta experiência funcional, a senhora diria que há em Brumado e sua microrregião, especificamente nos municípios abrangidos pela jurisdição da 20ª Cooprin, uma rede sólida de apoio às vítimas vulneráveis nas diversas esferas sociais?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Não e precisamos trabalhar bastante isso. Nós temos buscado (e falo pelo Neam aqui de Brumado) nos encontrar com representantes de Ongs. Hoje mesmo (14 de junho) vamos encontrar o pessoal do Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania), justamente para gente tratar essas parcerias e trazer mais pessoas para lutar por essa causa. A gente tem visto em alguns municípios que tem tido essa preocupação, mas precisamos trabalhar muito ainda.



“... A violência é cíclica, começa de maneira leve e vai se agravando quando não se toma nenhuma medida inicialmente, até acabar em feminicídio. Acho importante que deixemos claro que cabe a mulher se ela vai ou não querer voltar para aquela relação abusiva e é um Direito dela também, sem ser julgada, sem ser crucificada, tanto pela família quanto pela sociedade”.

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

JS – A recusa de mulheres vítimas de violência em denunciar seus agressores ainda é muito comum. O que, na opinião da senhora, está por trás deste silêncio?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Bom, já falamos disso anteriormente. Temos diversos fatores, como a vergonha, o peso que recai sobre os ombros da mulher de que caberia a ela manter a unidade do lar, dificuldade financeira, no caso de uma separação. Muitas mulheres abrem mão de um trabalho fora de casa para poder cuidar dos filhos. Tem o fator religião, fator social, fator familiar, tem uma série de fatores que contribuem para essa recusa. Mas é uma quebra de ciclos. A violência é cíclica, começa de maneira leve e vai se agravando quando não se toma nenhuma medida inicialmente, até acabar em feminicídio. Acho importante que deixemos claro que cabe a mulher se ela vai ou não querer voltar para aquela relação abusiva e é um Direito dela também, sem ser julgada, sem ser crucificada, tanto pela família quanto pela sociedade. E junto a nossa rede, a gente tem batalhado muito contra essa revitimização.

JS – Recentemente Brumado foi palco de um suposto estupro coletivo de uma garota de programa, praticado por três jovens de classe média alta, que somente foram tornados público porque a vítima foi expulsa do apartamento onde o crime teria ocorrido nua e a pessoa que a socorreu na rua acionou a Polícia Militar e, ato contínuo, os três foram presos em flagrante. Esse seria, na opinião da senhora, um caso isolado? É possível que outros tantos ocorrem sem que a vítima ou alguma testemunha acionem a Polícia?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Sim, com certeza. Ela foi muito corajosa em buscar ajuda, com certeza está amedrontada e têm-se notícia também de outras vítimas que se recusaram a denunciar seus abusadores pela vergonha, constrangimento, porque não queria que os pais descobrissem. E essa é uma característica da violência sexual contra crianças e adolescentes em um ambiente doméstico. A menina se sente culpada por aquilo estar acontecendo com ela ou a depender da idade não entende que aquilo que está acontecendo com ela é um abuso.

JS - Para a senhora, qual é a importância, no sentido da infraestrutura, que a Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia tem conferido às Delegacias e aos Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher e, paralelamente, à Polícia Militar, através da Ronda Maria da Penha, para redução dos casos de violência contra mulher, inclusive feminicídios?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Vou falar pelo Núcleo de Brumado. É um ambiente extremamente acolhedor. É claro que fizemos questão de colocar um ambiente específico para receber os filhos das vítimas de violência e esse ambiente acolhedor não pode ser apenas na estrutura física, tem que ser também acolhedor, precisamos ter um atendimento respeitoso, para não revitimizar as vítimas. É todo um contexto. Então temos que ter sim esses investimentos nos Núcleos e nas Deams, justamente, para trazer esse conforto e acolhimento no tratamento e atendimento às mulheres vítimas de violência.

JS – A Secretaria de Estado de Segurança Pública da Bahia, através da Polícia Civil, tem dado às Delegacias e Núcleos Especializados em Atendimento à Mulher o mesmo poder de mobilidade e de ação que os outros Departamentos da Polícia Civil?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Não vou ser hipócrita e dizer que isso não acontece. Como eu disse é uma questão cultural em todos os Órgãos de atendimento ao público, estatais ou não. Nós encontramos ainda (na estrutura funcional da SSP) pessoas com essas ideias machistas, de culpabilizar a mulher na maioria das vezes pela violência que ela sofreu. Então, tem sido feito no Estado da Bahia um investimento em capacitação de pessoal para trabalhar com as vítimas de violência doméstica e violência contra crianças e adolescentes e estamos conseguindo grandes avanços.

JS – São recorrentes os relatos de mulheres vítimas de violência do constrangimento que sofrem ao tentar denunciar os agressores em Delegacias Territoriais de Polícia Civil, considerando principalmente, que no Estado, por exemplo, em um universo de 417 municípios, são apenas 22 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher e 11 Núcleos Especiais de Atendimento à Mulher. Esses relatos apontam que, muitas vezes, o processo de denunciar acaba sendo mais violento para essas mulheres do que a própria violência sofrida. O que a senhora pensa disso?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Mais uma vez vou bater na tecla da falta de informação. Uma vez que a Medida Protetiva é decretada pelo Judiciário, se o autor descumprir a medida protetiva, a vítima pode entrar em contato com a Polícia Militar, porque ele é preso em flagrante e o descumprimento da Medida Protetiva é crime inafiançável. Quando a pessoa vem aqui mesmo ao Núcleo, nós já fazemos uma Representação pela Medida Protetiva. A quebra da Medida Protetiva garante isso. E muitas das vezes a própria vítima não sabe e muitas vezes ela continua vivendo aquilo e não denuncia para as Polícias (Militar e Civil) que houve a quebra da Medida Protetiva de Urgência.

JS – Outro fator que, supostamente, inibe as denúncias, são a falta de efetividade na proteção das vítimas, uma vez que um número cada vez menor de agressores se preocupa com o cumprimento das Medidas Protetivas arbitradas pela Justiça e, não só continuam as agressões, como muitos terminam assassinando as ex-companheiras. O que fazer para mudar essa realidade?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Mais uma vez vamos cair na questão cultural. Temos várias maneiras de comprovar a violência moral e psicológica. Geralmente essas mulheres passam pelo Creas (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e pelo Cras (Centro de Referência em Assistência Social) e por meio de um simples relatório consegue-se constatar o abalo emocional que essa relação abusiva causa na vítima de violência. E tem também as testemunhas. Sempre tem um irmão, uma confidente e mesmo quando não tenha, é necessária essa sensibilidade, nos casos de violência contra mulher para que se possa compreender e a palavra da mulher precisa ter uma força um pouco maior. Ainda que não se tenha testemunhas e que seja uma violência velada tem que se dar uma maior credibilidade à palavra da vítima.

JS – Outra situação que tem sido determinante para que mulheres vítima de violência não denunciem os agressores é que quando conseguem vencer as dificuldades de fazer a denúncia, precisam passar por um outro processo, tão ou mais complexo, que é o de conseguir comprovar o crime, alguns, como os de violência psicológica e moral, que não deixam vestígios. O que, na opinião da senhora, pode ser feito para mudar essa lógica perversa e fazer com que as vítimas se sintam seguras ao denunciar seus algozes?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Justamente levar ao conhecimento de todos, os Direitos que as vítimas têm. Independentemente de ser homem ou mulher que estejam atendendo, que ela (a vítima) tenha o conhecimento que tem Direito ao mínimo, que é o de dignidade da pessoa humana. Portanto, ela precisa ser tratada com respeito. Então se em Órgão público ela for maltratada e distratada, ela tem que saber a qual Órgão pode recorrer. Quais são os Órgãos Correccionais daquela Entidade. Eu acho que noções de Direito tinham que vir desde a alfabetização. Porque todos somos detentores de Deveres, mas também somos detentores de Direitos. Eu tenho Direito de ser tratada bem quando eu procuro um ente público, como eu tenho a obrigação moral e legal de tratar bem quem nos procura.

JS – Efetivados os investimentos, ainda que tímidos, na infraestrutura e na capacitação de Policiais femininas, que tem contribuído para a melhoria do atendimento prestado nas Unidades Policiais, o que na opinião da senhora precisa ser feito para fortalecer a confiança das mulheres vítimas de violência no Poder Público, que contribuam para que possamos reverter esse ciclo perverso?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Eu acho que já avançamos muito. Estamos inseridas hoje, em quase 40% da Polícia Civil, mas sem dúvida, até a um tempo atrás era um cargo ocupado predominantemente por homens. Mas aos poucos estamos mostrando nossa capacidade, de modo geral, em gerir, em exercer trabalhos. Eu, por exemplo, não permito que me tratem de maneira como se eu fosse incapaz. É uma questão de postura, posicionamento. Hoje na Bahia nós temos uma Delegada Geral, uma Diretora do Departamento de Polícia do Interior e várias Delegadas que são titulares das Neams. Eu acho que tem transformado a Polícia Civil em um ambiente com mais capacitação, mais humanizado. Eu incentivo, eu acho que temos que trazer mais mulheres, mais pessoas para dentro dos quadros de Segurança Pública.

CIDADANIA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

JS – Em 1955, treze mulheres paulistas conquistaram o Direito de serem incorporadas às Forças de Segurança Pública, ousando resistir à desconfiança de setores da sociedade e ao preconceito em um ambiente, até então, predominantemente masculino. Essa, digamos “ousadia”, inspirou outras mulheres pelo Brasil que, aos poucos, foram sendo incorporadas às Forças de Segurança Pública, atuando tanto no combate à criminalidade nas ruas como nos postos de comando das Polícias Federal, Civil e Militar. Embora o preconceito ainda persista, o que a senhora diria tem sido fundamental para que cada vez mais mulheres façam a opção pela carreira policial?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Eu acho que já avançamos muito. Estamos inseridas hoje, em quase 40% da Polícia Civil, mas, sem dúvida, a um tempo atrás era um cargo ocupado predominantemente por homens. Mas aos poucos estamos mostrando nossa capacidade de modo geral, em gerir, em exercer trabalhos. Eu por exemplo, não permito que me tratem de maneira como se eu fosse incapaz. É uma questão de postura, posicionamento. Hoje na Bahia nós temos uma Delegada Geral, uma Diretora do Departamento de Polícia do Interior e várias Delegadas que são titulares das Neams. Eu acho que tem transformado, a Polícia Civil em um ambiente com mais capacitação, mais humanizado. Eu incentivo, eu acho que temos que trazer mais mulheres, mais pessoas para dentro dos quadros de Segurança Pública.

JS – O que a senhora diria tem sido fundamental para que a sociedade, ainda que tardia e timidamente, reconheça o papel que as mulheres têm desempenhado nas Forças de Segurança Pública, tanto no combate à criminalidade nas ruas como nos postos de comando das Polícias Federal, Civil e Militar?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Eu acho que são os resultados positivos que temos alcançado. As lideranças e os cargos de gestão trazendo avanços nas estatais.

JS – Como faz para conciliar a vida pessoal com a profissional?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Como todo mundo. Tento deixar meu trabalho no trabalho, venho para casa, crio os meus filhos, tenho os meus pais, meus irmãos, é normal. Como todo mundo concilia.

JS – Qual mensagem a senhora gostaria de deixar para os leitores do JS, especificamente para as mulheres que são vítimas de violência?

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Queria deixar claro que a curto prazo não conseguiremos fazer milagres na sociedade brumadense, mas que se depender de vontade, a gente vai transformar Brumado em uma cidade menos violenta. Então confiem e contem com a gente, logo estaremos divulgando número de denúncias por WhatsApp. Vamos fortalecer laços, criar parcerias, eu sei que por enquanto ainda existe um investimento tímido, principalmente o financeiro, mas quem quiser se voluntariar para trabalhar com a gente será bem-vindo. E estamos dispostos a participar à eventos e levar conhecimento para podermos diminuir os índices de violência de Brumado.

JS – A senhora gostaria de acrescentar alguma coisa

ELLEN MARA LAGES NEIVA PIEROTE: Em agosto vamos comemorar o aniversário da Lei Maria da Penha, então seria interessante convocar Escolas, Ongs, Polícia Militar, Civil e outros Órgãos públicos, municipais e estaduais, para que a gente una forças e faça uma campanha que possa disseminar e pulverizar esse conhecimento, para que a gente possa fazer com que as pessoas reconheçam seus Direitos e se vejam como vítimas ou autores de violência, muitas das vezes, por conta de todo contexto social e familiar, não se reconhece no lugar de agressor. Vamos trabalhar juntos como sociedade para lutar contra todos esses anos de patriarcalismo para fazermos uma sociedade melhor.



Ótica Carol

TANQUE NOVO - BA (77)98109-3427 Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.	IGAPORÃ - BA (77) 991096076 Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.	SERRA DO RAMALHO -BA (77)991395735 Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.
--	--	---

Proprietário: [Gilvanio Rocha da Silva](#)

CIDADANIA

Junho Violeta – Mês da Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa

◆ ANA LOPES – ASCOM
(AGÊNCIA AL9 COMUNICAÇÃO)
al9comunica@gmail.com

FOTO: DIVULGAÇÃO

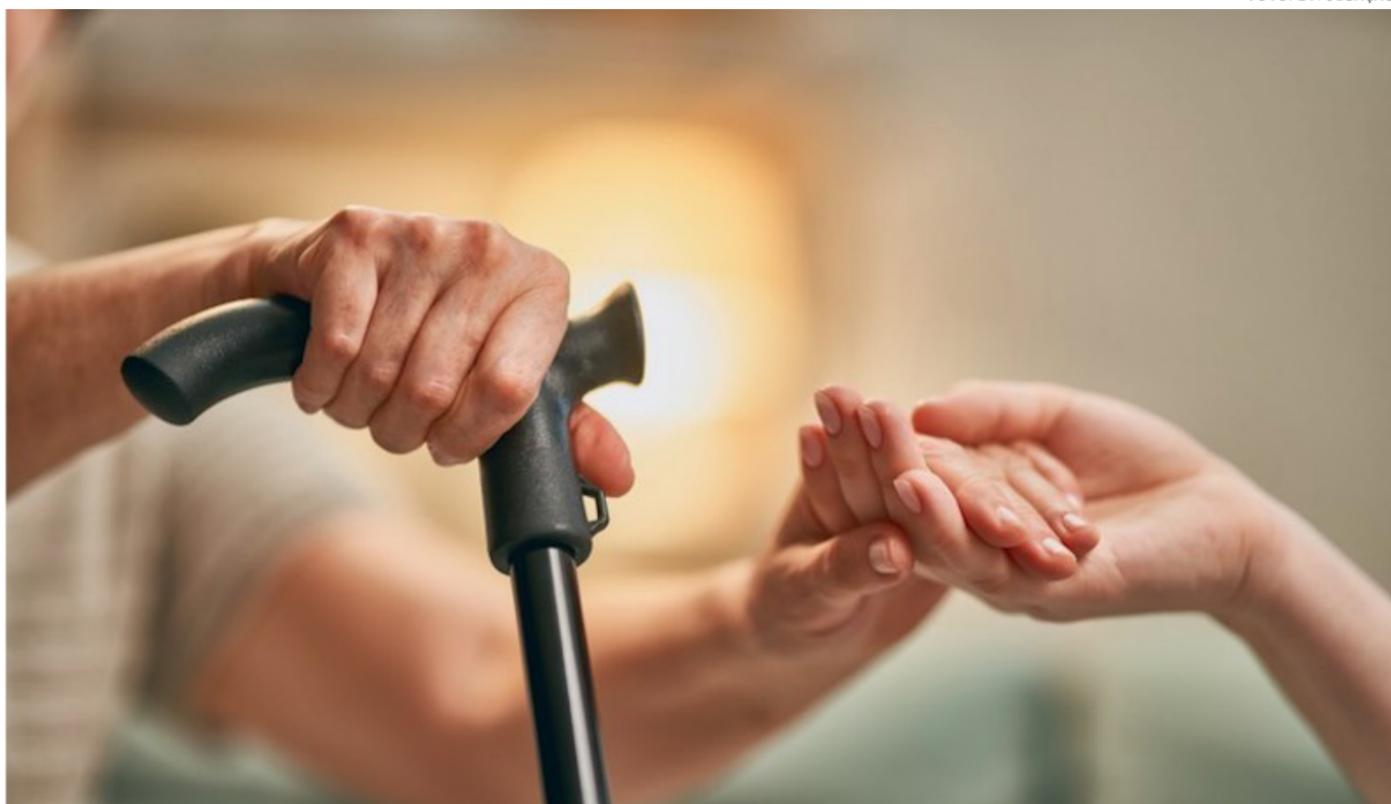
O Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, celebrada no último dia 15 de junho, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, com o objetivo de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos dos idosos e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las.

A data foi oficialmente reconhecida pela ONU após solicitação da Rede Internacional de Prevenção ao Abuso de Idosos (Inpea), que estabeleceu a comemoração em junho de 2006.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, iniciou em 1 de junho a campanha "Junho Violeta". O objetivo é conscientizar a população sobre a importância do combate à violência cometida contra pessoas idosas e faz alusão ao dia 15 de junho.

A violência contra o idoso pode ser definida como "um ato único, repetido ou a falta de ação apropriada, ocorrendo em qualquer relacionamento em que exista uma expectativa de confiança que cause dano ou sofrimento a uma pessoa idosa".

As violências podem se manifestar de várias formas e sempre trazem prejuízos aos que são por ela afetados. As violências mais frequentes são: violência física (como maus-tratos, agressões, abusos, ferimentos), violência psicológica (que envolve agressões verbais, humilhações, ameaças), a violência sexual, a negligência e o abandono (omissão e ausência de



cuidados que são necessários) e a violência financeira (envolve uso não consentido de recursos financeiros e patrimoniais, bem como uso ilegal de recursos).

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. Só no Brasil, existem quase 20 milhões de pessoas idosas. Isso representa 11% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Censo 2010.

As projeções apontam, também, que em 40 anos o percentual de pessoas idosas deve triplicar no Brasil, aproximando-se de 29,7% da população. Segundo tais projeções em 2050 haverá duas vezes mais idosos do que crianças na sociedade brasileira.

A violência contra a pessoa idosa é uma questão social global que afeta a saúde e os direitos humanos de milhões de idosos em todo o mundo e que merece a atenção da comuni-

dade internacional.

Dados da OMS, apuram que pelo menos 15,7% da população idosa está submetida a um tipo de violência. Ou seja, 1 em cada 6 idosos sofre violência em todo o mundo. São muitos casos de denúncia e a mulher idosa é a mais atingida. E muitas dessas situações não são relatadas e denunciadas. O idoso tem medo da retaliação, por isso, não denuncia na maioria das vezes.

De janeiro a maio de 2023, Disque 100 registrou aumento de 87% das violações de direitos humanos contra pessoas com 60 anos ou mais em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, do Estatuto do Idoso prevê a proteção contra a violação dos direitos humanos a fim de proteger a população idosa. Logo nos primeiros artigos, ela estabelece que "o idoso goza de todos os

direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade".

Precisamos trabalhar intensamente na prevenção da violência e na identificação e no encaminhamento correto de casos de violência e, em especial, temos que preparar as novas gerações com informações, materiais e recursos educacionais, de forma a assegurar um envelhecimento digno e saudável.

Se você presenciar ou souber de algum caso de violência contra a pessoa idosa denuncie nos canais de denúncia: Disque 100 (disque100.gov.br), Polícia 190, Delegacia do Idoso, Cras (Centro de Referência de Assistência Social do Brasil).



CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL

Ação e Organização a serviço da Administração Pública

OPINIÃO



Antônio Novais Torres

ANTÔNIO NOVAIS TORRES É COMERCIANTE APOSENTADO, MEMBRO FUNDADOR DA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DE BRUMADO, MEMBRO DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BRUMADO, EX-MEMBRO DO PMDB E PTB E MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DO JORNAL DO SUDOESTE.

Brumado, Cidade de todas as Gentes Homenagem ao Aniversário de Brumado 11/06/1877-11/06/2023 146 anos de independência política

Brumado, com sua importância sociopolítica, uma economia robustecida pelas indústrias mineradoras e outras de ramos diversificados, comércio varejista bastante desenvolvido, situação geográfica estratégica; bem-servida de meios de transportes e comunicações, permitindo acesso fácil aos diversos pontos do país; energia elétrica abundante; água potável; rede hoteleira e restaurantes; clínicas diversas; hospital público municipal com atendimento regional e hospital de iniciativa privada; rede de educandários nos diversos níveis; estabelecimentos de ensino superior; inclusive a faculdade de Medicina; facilidade de empregos e oportunidades de crescimento pessoal e empresarial, por tudo isso, detém o status de uma das melhores cidades do sudoeste baiano. Brumado ainda é uma ótima opção para se viver bem.

A cidade é rica e conhecida mundialmente pela exploração do minério Magnesita e do Talco, proveniente da Serra das Éguas, Boa Vista e Coité, em Brumado, com minas no local Pedra Preta e na vila Presidente Vargas (Catiboaba), orgulho do seu povo. O minério foi descoberto em 1939, na Serra das Éguas, onde também existem Turmalina e Esmeraldas, mas não são explorados. Essa descoberta deu vida nova a Brumado, proporcionando empregos para a comunidade. A cidade foi denominada de “cidade do minério”, mas, por ser agradável, o povo a chama de “Brumado de açúcar”.

Muitas pessoas de outras cidades e ou de outros estados, migraram ou migram para cá, em busca de dias melhores atraídos pelas oportunidades de trabalho, principalmente, na empresa Magnesita – perspectivas que vislumbram bem-estar social – e aqui são recebidas de braços abertos pelo povo acolhedor, de índole ordeira, pacífica e de comportamento harmonioso. Esse clima salutar proporciona aos adventícios o campo ideal para implementarem e desenvolverem os seus projetos e objetivos socioeconômicos e educacionais, planejamento do futuro familiar de progresso e crescimento pessoal, tornando-se brumadenses por opção e/ou por adoção, contribuindo para o desenvolvimento e o progresso local.

Aqui, os adventícios fincam raízes, constituem famílias e dão a sua contribuição em trabalho e prosperidade, destacando-se nas diversas áreas, como, por exemplo, na saúde, na educação, no comércio, na indústria e serviços, no jornalismo e comunicações, no campo profissional autônomo e profissional liberal, que desenvolvem como cidadãos honrados e trabalhadores, enfim, nas mais diversas atividades das relações pessoais e humanas. Portanto, Brumado, cuja maioria dos cidadãos é de imigrantes que engrossam o contingente populacional da cidade, traz suas experiências de conhecimentos e a força do seu trabalho, produzindo diversidade de culturas e gerando riquezas de que o município não pode prescindir para o seu desenvolvimento. Brumado se configura, então, como uma cidade cosmopolita.

Brumado só tem a agradecer aos seus imigrantes e dizer-lhes que fazem parte de uma comunidade que tem orgulho de tê-los acolhido. Juntos com os naturais do lugar, esses imigrantes constroem a pujança deste município promissor, que se tem destacado pelo dinamismo de sua gente – gente de todos os lugares - irmanados no mesmo propósito, livre de preconceitos e discriminações; gente que se faz presente pelo esforço do trabalho, pela contribuição intelectual, pela grandeza vocacional artística e profissional; gente amada por esta terra abençoada por BOM JESUS.

Pelos seus atributos de empreendedores, a cidade tem o reconhecimento dos seus valores e a importância a ela dedicada. Devota-lhes as merecidas honras e homenagens nesta data especial do aniversário da cidade que adotaram para viverem em paz e harmonia com os nativos.

A família ‘Torres’, imbuída dos sentimentos de filhos desta terra, identificou-se com o povo brumadense, promoveu e promove iniciativas socioeconômicas, políticas, culturais e administrativas nessa cidade, participando de todas elas, como tantas outras famílias que enriquecem o cotidiano dessa terra, objetivando o progresso e o desenvolvimento do lugar. Todos os membros dos ‘Torres’ acreditaram e acreditam no potencial deste município, investiram e investem maciçamente nos seus projetos de progresso e no desenvolvimento do município, nas diversas atividades, pois que, aqui vivem e mourejam identificados como cidadãos brumadenses.

Ouso tomar a liberdade de, em meu nome, como Cidadão Brumadense, título, outorgado pela Câmara Municipal de Vereadores de Brumado, por indicação do vereador José de Souza Ribeiro, dizer do orgulho por estarmos partilhando com os patrícios autóctones as comemorações pelo aniversário da cidade. Homenagens prestadas, nesta data, como a melhor, a mais amada, a mais ordeira, a mais bela, a mais altaneira das cidades. Querida por opção, pois aqui nos completamos pela felicidade de tê-la escolhido para viver.

Parabéns, Brumado! Parabéns cidadãos brumadenses! Honremos e dignifiquemos essa terra com mais trabalho e dedicação, almejando sempre maior progresso, maior desenvolvimento com justiça e paz social, exigindo políticas públicas corretas que atendam a coletividade nas suas prioridades básicas da promoção humana.

A prefeitura de Brumado, promoverá homenagens, festejando o 146º aniversário da cidade, com várias apresentações de artistas e outras atrações, para o deleite do povo, e no dia 10, será realizado um evento gospel em comemoração ao evento da emancipação política da cidade.

Este artigo não representa a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

AGRICULTURA FAMILIAR

Circuito de Treinamento Agro capacita agricultores familiares de Piatã

FOTO: ASCOM/PMP



◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais Piatã tiveram, no último dia 15, a oportunidade de aperfeiçoar seu gerenciamento dos negócios e de captação de recursos por meio do Circuito de Treinamento Agro, eventos direcionado para tratar de assuntos técnicos, gerenciais e de crédito rural. A iniciativa é uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Banco do Brasil, com apoio e organização da Prefeitura Municipal de Piatã, através da Secretaria Municipal de Agricultura, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

No evento, que reuniu trinta agricultores familiares do município, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) ministrou palestra com conteúdo técnicos e gerenciais, além de apresentar aos produtores rurais familiares de Piatã um pouco mais sobre a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) da Instituição, enquanto o Banco do Brasil destacou as informações sobre o que é preciso para o produtor acessar o crédito rural dentro da cadeia produtiva estabelecida.

O principal foco do Circuito de Treinamento Agro são os pequenos produtores familiares que se enquadram no perfil do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas médios produtores também tiveram acesso ao evento em Piatã, visando melhorar a gestão da atividade e, com isso, aumentar os resultados econômicos, contribuindo para as políticas públicas de geração de emprego e renda.

Durante o evento foram debatidos três módulos: Módulo Técnico: abordando as principais cadeias produtivas do município; Módulo Gerencial: tratando questões de gerenciamento da atividade rural, com foco principal em receitas e componentes dos custos de produção e fluxo de caixa, para um entendimento a respeito das diferenças entre ambos, e Módulo Crédito Rural, detalhando o que o produtor rural precisa para acessar o crédito rural e quais as principais linhas de crédito disponíveis.

Proativa
CONTABILIDADE

15 anos
Atendendo Brumado e Região!

(77) 9 8824 - 9163

(77) 3441 - 1405

@proativacontabil

AGRICULTURA FAMILIAR

Distribuição de mudas qualifica a produção da agricultura familiar de Potiraguá

FOTO: DIVULGAÇÃO/SDR

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Com a proposta de qualificar e diversificar a produção da agricultura familiar em Potiraguá, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural da Bahia, por meio da Superintendência de Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf), distribuiu dez mil mudas Frutíferas e Essências Florestais para agricultores familiares do Distrito de Itaimbé.

A iniciativa, no âmbito do Programa de Distribuição de Mudas Frutíferas, Essências Florestais e Mandioca, tem por objetivo contribuir para a geração de empregos e renda, promover a recomposição de pomares e a recomposição de vegetação nativa, beneficiou diretamente 35 famílias de agricultores familiares da localidade.

Segundo o titular da Superintendência de Agricultura Familiar



(Suaf), Euzimar Cordeiro Carneiro, o Programa não se resume apenas na distribuição das mudas, mas

na disponibilização de tecnologia para incentivar e fomentar as atividades, de forma a contribuir para

a geração de emprego e renda e ações efetivas de preservação e revitalização do meio ambiente.

Não limite seus desafios, desafie seus limites.

anima
SAÚDE E BEM ESTAR

Rua Vereador Paulo Chaves, 52 - Loja 05 - Residencial Parque das Palmeiras - Bairro Jardim Brasil
Email: animasaudebemestar@gmail.com

(77) 9 9946-1708

PILATESANIMA

ANIMA PILATES

CULTURA

IV Oitiva sobre a Lei Paulo Gustavo reuniu representantes das Comunidades Tradicionais e outros segmentos em Itambé

FOTO: ASCOM/PMI

◆ ASCOM/PMI

<https://www.itambe.ba.gov.br>

No último dia 14, a Prefeitura Municipal de Itambé, através da Secretaria Municipal de Cultura, realizou no Cine Teatro, a IV Oitiva/Escuta Pública sobre a Lei Paulo Gustavo.

O encontro reuniu os Agentes Culturais representantes das Comunidades Tradicionais. Também foram convidados representantes do segmento do Teatro, Dança, Circo, Pintura, Desenho, Grafite e Escultura.

Conforme a Secretaria Municipal de Cultura, as oitivas têm o propósito de alinhar os instrumentos mais adequados de utilização de recursos da Lei Paulo Gustavo junto aos Agentes de Cultura dos diversos segmentos culturais do município.

A Lei Paulo Gustavo busca combater os efeitos da pandemia da Covid-19 no Setor Cultural, sendo especialmente voltada para inserir a Área Audiovisual, embora se aplique, em menor percentual, para outros setores culturais.

Os recursos destinados ao município serão divididos em apoio a produções audiovisuais, capacitações e formação na área, além de apoio às demais áreas culturais. Os valores serão aplicados de acordo com o que determina a Lei, e serão divulgados em Chamamentos e Editais.



PROGRAMAÇÃO PALCO PRINCIPAL

SÃO PEDRO
BELO CAMPO - BA

WESLEY SAFADÃO
JOÃO GOMES
MAGNIFICOS

TARCÍSIO DO ACORDEON
IGUINHO & LULINHA

30 DE JUNHO
01 E 02 DE JULHO
PRAÇA JOÃO FERREIRA

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
PROIBIDO GARRAFAS DE PLÁSTICO E COOLER NO CIRCUITO DA FESTA

KM
CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA.

Assistência Técnica Especializada na Área Contábil para Prefeituras, Câmaras e Autarquias.
Rua Oscar Silva, 15 - Candeias - Vitória da Conquista - BA
Fone: (77) 3422-9161
kmcontabilidade.assessoria@gmail.com / www.kmcontabilidadepublica.com.br

CENTRO ODONTOLÓGICO
Álvaro Coelho

(77) 3424-5136
(77) 99148-0073
@clinicaalvarocoelho
www.clinicaalvaro.com.br

OPINIÃO



José Walter Pires

ANTÔNIO NOVAIS TORRES É COMERCIANTE APOSENTADO, MEMBRO FUNDADOR DA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DE BRUMADO, MEMBRO DO CONSELHO DA CIDADANIA DE BRUMADO, EX-MEMBRO DO PMDB E PTB E MEMBRO DO CONSELHO EDITORIAL DO JORNAL DO SUDOESTE.

A HOMENAGEM QUE NÃO OCORREU

Passados alguns dias do incidente com o aborto da homenagem que seria prestada a Moraes Moreira, pela prefeitura de Ituaçu, em sua terra natal, vivo torturado e triste pelo meu silêncio, sem me pronunciar nas redes sociais para não ferir suscetibilidades.

Sobre ele, Moraes, e seu indiscutível mérito, como consagrado artista no cenário nacional e internacional, sempre dei vazão ao meu sentimento fraternal, por meio de artigos, crônicas, poemas, cordéis, histórias, que, em seu conjunto, compuseram um acervo particular de extraordinário valor, acrescentando-se a tudo quanto dele foi registrado pela mídia, durante a sua trajetória musical, com uma obra memorável e eternizada pelo seu valor intrínseco.

Não tenho receio de dizer que fui o seu principal biógrafo, pois, sendo o primogênito de uma família prole de cinco rebentos ituaçuenses, pude acompanhar os iniciais instantes da genialidade, que haveria de eclodir a partir dos seus vinte anos de idade, quando, partiu para o mundo, “dando asas ao pensamento”, conforme trecho de uma canção, que, em parceria com Luís Dias Galvão, fora rabiscada no quarto de um casarão de Salvador, em 1969, como que anunciando a hora daquela partida intrépida, que o levaria à fama.

Infelizmente, a sua gloriosa carreira musical, tão versátil e explosiva por onde passou, encantando gerações, não fora suficiente para o seu apoteótico reconhecimento, ainda em vida, E muitas vezes, ouvi-o murmurar, que não queria homenagens depois da morte, isso não por mera vaidade, mas pela consciência e reconhecimento dos seus méritos em vida.

E como ele teve razões para os seus reclames!

Mas foi preciso que ocorresse a fatalidade, numa manhã de abril de 2020, para que todas as homenagens se multiplicassem pelas rádios, pela TV, jornais, revistas, pelos eventos particulares, pelas academias de Letras, pelas inúmeras reportagens, pelos inúmeros cordéis, que foram editados em seu nome por este Brasil afora. Muito mais que em vida, pode-se afirmar.

Sobre a homenagem de Ituaçu, no ano em curso, não a primeira, pois ocorrera outra em 2020, confesso que gostaria de vê-la realizada. Conheci o projeto, apresentado pela Secretaria de Turismo, por meio de uma das suas agentes, ainda no seu esboço, mas que dava para prever o tamanho que seria, no circuito dos festejos juninos da cidade, com pinturas pitorescas da figura do artista, pelos modestos artesãos da terra, em vários locais, além do portal de entrada, ornamentação da praça com diversos bonecos, cabanas ou locais representativos dos ambientes da cidade, com as suas canções, ouvidas, instantaneamente, por meio do QR CODE, um código de barras instalado em seus celulares. Seria o ápice da homenagem!

Entretanto, me deixei envolver pelo momento, não autorizando a sua realização, o que nem poderia, mas deixando claro que nós, os seus irmãos, não iríamos nos opor, e, que, no meu caso, ficaria à disposição para colaborar com o evento, já divulgado pelos canais midiáticos, o que supúnhamos devidamente autorizado por quem de direito para a liberação presumida.

Então, essa inocorrência veio à tona, sem que se encontrasse uma saída consensual para a mesma, que acabou por ser abortado pelo gestor municipal, motivando as justificativas que foram veiculadas lado a lado.

Assim, o que seria “um dia de festa, festa do local”, com a cidade começando a vestir-se com a alegria e aceitação da pretendida homenagem, prevaleceu o Direito, sob o argumento de não ter sido invocado, tempestivamente, ou de nenhuma forma, mas que chegara ao conhecimento dos seus representantes legais, pela divulgação midiática antecipada.

Como o Direito pode efetivar-se nessas contingências, é passível, igualmente, de não trazer felicidade com o seu desfecho sumário, causando um mal-estar social e cultural, cujas consequências poderão incidir sobre a incolumidade do pretense homenageado, diante do contexto afetivo em que se daria a circunstância. Era o filho, quem sabe pródigo, que iria ser homenageado em sua terra natal, terra dos seus ancestrais, para compartilhar com os seus conterrâneos a sua glória artística, numa autêntica “festa do interior”, onde não pudessem existir, jamais, os pruridos da política local, ainda porque não pressentidos como a intenção do dos seus idealizadores, para merecerem o meu repúdio imediato, caso ocorresse essa escusa intenção. Toda pessoa merece um crédito, salvo prova em contrário.

Embora a cidade já se encontre remanejada para a realização dos tradicionais festejos juninos, pululam as ruminções, aqui e ali, entre os prós e os contras, cujo personagem transfigura-se na pessoa do consagrado artista, que não pode ser homenageado em sua própria terra por circunstâncias advindas de uma falha de comunicação, mas não capaz de apagar a “mancha de dendê” no seu nome, porém sem merecer qualquer outro tributo público, ainda que de menor significado a qualquer tempo.

Assim, quem terá coragem de incluir algumas das suas contagiantes canções em seus repertórios juninos, no palco da festa, sem receberem os apupos das possíveis vaias, inclusive dos seus fãs e da multidão presente.

Quem teria?

Será uma amarga lembrança desse São João, em Ituaçu. E somente estas palavras, em forma de desabafo, podem liberar o meu desencanto.

Mas ele será sempre indispensável entre nós e para aqueles que viveram, nesta cidade, sob a sua influência musical. É o legado que defendemos.

Entretanto, em relação ao meu irmão, não por sua culpa, sinto que Ituaçu perdeu o seu filho mais famoso. O único. Ituaçu já não é mais o seu lugar. A sua terra. Nem a sala de visitas de D. Nita e D. Helena será a mesma.

Que me atirem a primeira pedra, se não for a verdade.

Enfim, alguém terá de me dar conta disso! Alguém em que, no mínimo, o bom senso possa ser medido e pesado diante de tudo isso

José Walter Pires
Junho/2023

OPINIÃO



Paulo César Régis de Souza

PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA – VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DA ANASPS- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DA PREVIDÊNCIA E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Previdência Social ou virtual

Nosso atual ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, tem trabalhado com ideias brilhantes e mirabolantes, no entanto, em desacordo com as propostas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Primeiro resolveu diminuir os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos consignados. A medida era ótima para os aposentados, mas ele esqueceu de combinar com a área econômica e o Planalto. Foi censurado pelo presidente, por ministros do governo e pelos bancos públicos e privados, pois essa medida era ruim para os bancos, inclusive os oficiais do governo, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Recuou apesar dos nossos aposentados estarem com dívidas astronômicas na casa dos bilhões, pois esses empréstimos não beneficiam o aposentado do INSS.

Agora nosso brilhante ministro apresenta mais uma nova proposta a ser colocada em prática, imediatamente.

A Dataprev criou um cartão virtual, onde o aposentado terá descontos em academias, shows, telemedicina, viagens, apesar de que os idosos acima de 60 anos já têm garantido alguns desses benefícios.

As duas brilhantes ideias não servem para melhorar a imagem da Previdência, em especial a do INSS, que tem hoje quase 3 milhões de benefícios represados.

Tenho até uma sugestão, que para os que aguardam no represamento, um cartão oferecido, gratuitamente, até que possam pagar. O cartão teria um papel social relevante.

No meu entendimento, a Previdência Social foi criada há cem anos por Eloy Chaves para conceder benefícios, e não para se transformar em balcão de negócios, empréstimos, “cartão de descontos”.

A Previdência precisa é de um gestor, com dimensão de estadista, para arrecadar e pagar benefícios, fiscalizar e combater a sonegação, que passa dos 30% da receita líquida, precisa de concurso público para cobrir 11 mil servidores que se aposentaram, faleceram ou saíram em busca de melhores salários. A Previdência precisa é de compliance, de se modernizar, de acabar com a fila virtual, melhorar as condições de trabalho dos seus servidores, pagar o bônus por produtividade, melhorar suas instalações para receber melhor seus clientes, os 65 milhões de contribuintes e os 33 milhões de segurados.

Hoje temos agências e postos com 3 servidores, gerente, médico perito e 1 servidor ou funcionário terceirizado que não pode conceder benefícios. Uma vergonha!

Alguns servidores estão trabalhando em “home office” e só não estamos com um represamento maior porque esses servidores continuaram trabalhando em casa com os seus equipamentos e internet próprios.

A Previdência paga em dia 33 milhões de benefícios, ajudando famílias e municípios a sobreviverem.

Acredito que se fizermos uma pesquisa entre os aposentados, certamente eles irão preferir o reajuste dos seus benefícios, pagamento em dia e sem represamento na hora da concessão, melhores instalações, enfim, RESPEITO!

“Eu vivo para que a justiça social, venha antes da caridade”. Faço minhas as afirmações de Paulo Freire.

Paulo César Régis de Souza – vice-presidente Executivo da ANASPS- Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

VOCÊ NO JS.

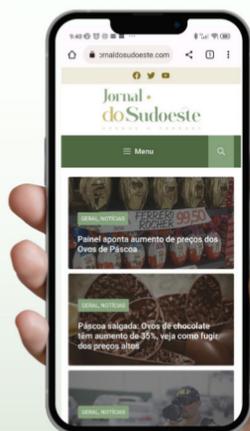
Envie sugestões de pautas, fotos, vídeos para nossa Redação

Escaneie o Código



77-998725389

www.jornaldosudoeste.com



JS.

Credibilidade

Mais que uma conquista
Um voto de confiança
que renovamos todos
os dias nos últimos
25 anos ◆

AQUI O CORAÇÃO BATE NO RITMO DO FORRÓ!

SÃO JOÃO DE CACULÉ 2023

23 a 25 JUN

Estádio Nilo Xavier
*ENTRADA GRATUITA.



FORROZÃO TROPYKÁLIA • NAIARA AZEVEDO • PAULA FERNANDES • 100 PAREA

ROBERTO DANTILY • TRIO SABIÁ • BOTA RASGADA • REGINALDO SAMA

GIL MARTINS • LUCAS LIMA • CÉLIO SILVA E GEO DO PISEIRO

RAMON E MÔNICA • GUIDO D'ANA



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA



ASCOMP MC

OPINIÃO



Saulo Pequeno

SAULO PEQUENO, ANTROPÓLOGO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Por um mundo que se contraponha ao racismo

Os ataques racistas (desta semana) ao jogador brasileiro Vini Jr causaram a devida repercussão e exigência por ações concretas para o combate ao racismo, e visibilidade às múltiplas dimensões da violência racial. Celebramos a tomada de decisões, mas também lamentamos que a mesma reação não tenha sido tomada anteriormente contra outras manifestações racistas sobre este jogador, sobre outros jogadores e jogadoras, além de centenas de casos que se repetem com a população negra ao redor do mundo e no Brasil.

O racismo é uma organização da distribuição de poder pelo mundo, que normaliza a subalternização, a animalização, a restrição de oportunidades e ataques sobre as pessoas negras, suas culturas e modos de vida. E por identificar como alvo corpos negros, outros marcadores sociais, como classe social, dinheiro e reconhecimento midiático [como no caso do atleta] são pouco eficazes para reverter o panorama racista e suas violências. Para pessoas sem estes marcadores e especialmente em outras situações de vulnerabilidade, a violência e a impunidade se amplificam.

Em agosto de 2022 a CBF divulgou o “Relatório Anual de Discriminação Racial” que identificou 64 casos registrados de racismo, além de Xenofobia (6 casos), Machismo (15 casos) e LGTBfobia (24 casos). Em tendência crescente de casos registrados em relação a anos anteriores, o relatório aponta para a manutenção de estruturas raciais e a necessidade de identificação, punição e educação para a sociedade como um todo.

Este episódio mostra, mais uma vez, a forma com que a desigualdade racial informa as relações sociais, fere as identidades e autopercepções de pessoas negras, orienta as instituições e implica numa cadeia de consequências e preconceitos sobre diversas dimensões de forma sistêmica. Afinal o racismo não surge nos estádios, mas ao longo de trajetórias de vidas que normalizam a hierarquia racial e se manifestam nesse ambiente. Por outro lado, a normalização das violências, a ideologia de que o racismo é ‘exceção’ ou ‘brincadeira’, a impunidade de autoridades, fazem dos ambientes que reproduzem o racismo poderosas ferramentas para a reprodução da subalternização da população negra.

A projeção de Vini Jr fez com que, desta vez, medidas concretas fossem tomadas, e que a violência seja visibilizada. Esperamos que todas as violências raciais contra a população negra no Brasil e no mundo sejam tratadas com a mesma força e repercussão, para que não seja banalizado o epistemicídio e o genocídio, para que marque um avanço civilizatório, uma organização de mundo que se contraponha ao racismo.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

IVAN MARTHINS
O Fornozeiro da Bahia

☎ 99993-1812 vivo
☎ 99200-1316 TIM

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO

Assessoria à Instituições de Educação Superior, Escolas, Prefeituras Parecerista Direito Educacional

📍 Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl, 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030

☎ 71 - 2136-7479 / 98789-0843 / ☎ 99917-8500

✉ wanderleyribeiro@bol.com.br

🖱 www.professorwanderleyribeiro.adv.br

CREDIBILIDADE

Mais que uma conquista
Um voto de confiança que renovamos todos os dias nos últimos
25 anos

OPINIÃO



Paulo R. Haddad

PAULO HADDAD É MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO NO INSTITUTO FÓRUM DO FUTURO. ECONOMISTA, COM ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS DE HAIA - HOLANDA, PROFESSOR EMÉRITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, EX-MINISTRO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO. PRESIDENTE DA PHORUM CONSULTORIA E PESQUISAS EM ECONOMIA E DIRETOR DA AERI - ANÁLISE ECONÔMICA REGIONAL E INTERNACIONAL.

A aritmética frívola no arcabouço fiscal

Os economistas, quando são convocados para elaborar e implementar uma política pública, quase sempre se deixam guiar pelos princípios da eficiência. Definem os objetivos da política; quantificam esses objetivos em metas; selecionam os instrumentos de intervenção mais apropriados para que os objetivos sejam atingidos; e estabelecem mecanismos de controle e avaliação para acompanhar a eficiência e a eficácia da política. Uma atitude tipicamente panglossiana ou ingênua de quem acredita que uma fórmula aritmética seja capaz de eliminar os conflitos distributivos em torno da escala e da composição dos gastos públicos.

Tudo isso produz um sistema coeso e exato, que permite aos economistas falarem sobre a política, com otimismo, sobre os resultados esperados. Esse otimismo leva-os, quase sempre, a despir a política econômica de redundâncias protetoras. As redundâncias, que normalmente são interpretadas como formas de desperdício, são, na verdade, salvaguardas corretivas dos rumos usualmente menos adotados.

A pobreza, por exemplo, pode ser considerada uma falta de redundância. Um país que não dispõe de alternativas para resolver um mesmo problema é um país pobre: somente uma única estrada para ir do ponto A ao ponto B; falta energia em uma região e não há dispositivos compensatórios de abastecimento; etc. Desastres e catástrofes socioeconômicas resultam, normalmente, da falta de redundâncias para resolver problemas. Um bom exemplo de redundâncias protetoras está na Constituição de 1988: se não houver melhoria na distribuição da renda e da riqueza no País, as políticas sociais compensatórias irão funcionar como salvaguardas corretivas.

Os economistas, cada vez mais, estão trabalhando profissionalmente com modelos abstratos, que incorporam, cada vez menos, componentes institucionais e psicossociais da realidade sobre a qual intervêm e, portanto, diminuem significativamente a sua capacidade de prever as mudanças que podem ocorrer a partir dos instrumentos que controlam. Ao formular uma política econômica não são capazes de perceber quais serão as demandas políticas necessárias e as negociações inevitáveis para a sua implementação.

Por isso, é sempre recomendável que, na concepção das políticas econômicas, se substituam as normas de eficiência por normas de confiabilidade, as quais se orientam mais para evitar o fracasso do que para garantir um retumbante sucesso. O uso das normas de confiabilidade estimula uma participação mais ampla de atores com formação profissional diferenciada para abrir os horizontes dos economistas, com suas ideologias primárias da realidade social, construídas a partir de modelos abstratos da macroeconomia das quantidades globais. Permite, também, cobrir as políticas econômicas de redundâncias protetoras, tornando-as mais resistentes a choques exógenos, a efeitos inesperados e às falhas comuns nas previsões condicionais. Para cada proporção normativa de política econômica deve haver uma ressalva que possa proteger o País das incertezas do futuro econômico, das instabilidades políticas, dos interesses velados.

No caso do controle dos gastos públicos, creio que a Emenda Constitucional nº 95, que criou o Novo Regime Fiscal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, foi uma decisão correta, consensualizada e conscientizada politicamente entre os três Poderes da República. A partir da experiência realizada com sua implementação, em um contexto de pandemia e de recessão mundial, há algumas salvaguardas corretivas que se fazem necessárias. A principal seria a de incluir um parágrafo em que “as despesas primárias podem ter um acréscimo de até 10%, mediante aprovação do Congresso Nacional, em situações que configurem catástrofes ambientais ou sociais, recessão econômica ou profunda crise da economia mundial”.

A grande vantagem desse Regime Fiscal é a sua simplicidade para fins de controle político; para acompanhamento pela opinião pública e pelos meios de comunicação; principalmente, para evitar que o Poder Executivo fique no campo de incertezas quanto aos recursos fiscais que irá dispor no início de cada ano, submetido a novas condicionantes aritméticas para prever as negociações políticas necessárias face à avalanche de demandas que virão para reduzir os problemas de reconstrução institucional de uma administração pública que foi desmantelada, das desigualdades sociais e regionais que se aprofundaram, da modernização da infraestrutura econômica e social, etc.

Os economistas, para preservar a eficiência de suas propostas de políticas econômicas, são capazes de negociações inusitadas e estranhas ao capital político que conduziu ao Poder a administração a qual servem. O capital político é um processo de acumulação de reconhecimento, de popularidade, de apoio e de aceitação pública que se processa ao longo do tempo. Não pode ser depreciado na mesa de negociação em uma relação de “toma lá, dá cá”. Principalmente, quando se negociam os mecanismos e instrumentos indispensáveis para o processo de desenvolvimento sustentável do País, como é a controvérsia atual sobre o esvaziamento institucional do Ministério do Meio Ambiente, o qual, na verdade, deveria ser empoderado para ter funções de coordenação geral por causa da transversalidade ecossistêmica das ações governamentais.

Além do mais, o primeiro ano da atual administração vai sendo tomado principalmente pelas discussões para o fortalecimento do questionável modelo fiscal expansionista, enquanto se aprofundam assimetrias sociais de uma sociedade dividida e de uma economia semiestagnada. Como dizia Keynes, em 1919, durante a discussão do Tratado de Versailles: “Os homens nem sempre morrem silenciosamente. Porque a fome, que traz alguma letargia e um desespero desamparado, leva outros temperamentos à instabilidade nervosa de histeria e de louca aflição”.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

ECONOMIA

Governo do Estado disponibiliza valores dos repasses constitucionais feitos aos municípios baianos em maio

◆ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda Bahia, por meio do Sistema de Administração de Recursos Financeiros, repassou no último mês de maio R\$ 943.155.732,30 para os 417 municípios baianos. As Transferências Constitucionais são parcelas das receitas estaduais que devem ser repassadas aos municípios. Os recursos repassados referem-se ao montante arrecadado no período de 01 a 31 de maio, correspondentes à distribuição de cotas partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Investimentos Econômico e Social da Bahia (Fies) e Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

O total repassado pelo Estado às 417 Prefeituras Municipais nos primeiros cinco meses do ano somam R\$ 3.782.813.191,44.

Visando contribuir para ajudar a conscientizar as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de ter mais transparência e estimular a participação

Os dez municípios que mais receberam foram:

POSIÇÃO	MUNICIPIO	VALOR (R\$)
01	Vitória da Conquista	18.686.850,32
02	Correntina	13.031.273,39
03	Jaborandi	5.791.189,28
04	Brumado	4.711.908,56
05	Guanambi	3.710.809,70
06	Bom Jesus da Lapa	3.346.951,22
07	Mucugê	3.023.372,72
08	Caetite	2.967.813,02
09	Itapetinga	2.967.678,07
10	Cocos	2.748.048,20

Os dez municípios que menos receberam foram:

POSIÇÃO	MUNICIPIO	VALOR
01	Firmino Alves	294.522,92
02	Maetinga	307.028,35
03	Bom Jesus da Serra	323.149,57
04	Caatiba	329.259,32
05	Canápolis	346.491,55
06	Cordeiros	350.314,81
07	Malhada de Pedras	356.564,02
08	Piripá	361.455,65
09	Abaira	364.284,03
10	Caturama	368.301,09

ECONOMIA

Denominação	ICMS	Acumulado	IPI	Acumulado	IPVA	Acumulado	FIES	Acumulado	FCBA	Acumulado	No Mês	Até o Mês
ABAIRA	337.234,39	1.247.611,97	1.357,33	7.027,04	25.692,31	211.021,89	0,00	0,00	0,00	0,00	364.284,03	1.465.660,90
ANAGE	650.005,35	2.404.720,49	2.616,21	13.544,36	41.219,26	215.821,44	0,00	0,00	0,00	0,00	693.840,82	2.634.086,29
ARACATU	525.262,09	1.943.227,86	2.114,12	10.945,04	35.017,29	195.749,22	0,00	0,00	0,00	0,00	562.393,50	2.149.922,12
BARRA DA ESTIVA	1.172.446,60	4.337.512,58	4.718,98	24.430,62	123.867,63	817.710,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301.033,21	5.179.653,23
BARRA DO CHOCA	1.480.962,46	5.478.879,13	5.960,73	30.859,26	68.530,39	435.698,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.555.453,58	5.945.436,49
BELO CAMPO	480.710,07	1.778.405,88	1.934,81	10.016,69	27.363,64	238.455,87	0,00	0,00	0,00	0,00	510.008,52	2.026.878,44
BOA NOVA	417.733,66	1.545.422,18	1.681,34	8.704,45	20.745,87	117.997,36	0,00	0,00	0,00	0,00	440.160,87	1.672.123,99
BOM JESUS DA LAPA	3.084.779,22	11.412.262,66	12.415,93	64.278,47	249.756,07	2.329.934,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.346.951,22	13.806.476,10
BOM JESUS DA SERRA	312.660,76	1.156.700,85	1.258,43	6.515,00	9.230,38	46.485,16	0,00	0,00	0,00	0,00	323.149,57	1.209.701,01
BONINAL	443.576,71	1.641.029,59	1.785,35	9.242,93	36.862,80	299.604,31	0,00	0,00	0,00	0,00	482.224,86	1.949.876,83
BOQUIRA	591.841,11	2.189.539,59	2.382,10	12.332,37	40.700,99	261.607,94	0,00	0,00	0,00	0,00	634.924,20	2.463.479,90
BOTUPORA	357.111,27	1.321.147,28	1.437,33	7.441,24	21.522,10	200.389,09	0,00	0,00	0,00	0,00	380.070,70	1.528.977,61
BREJOLANDIA	551.656,13	2.040.873,67	2.220,36	11.495,03	20.228,20	116.954,61	0,00	0,00	0,00	0,00	574.104,69	2.169.323,31
BROTAS DE MACAUBAS	782.630,64	2.895.373,00	3.150,02	16.307,91	26.032,96	187.776,66	0,00	0,00	0,00	0,00	811.813,62	3.099.457,57
BRUMADO	4.207.769,65	15.566.810,16	16.935,85	87.678,55	487.203,06	4.309.301,17	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.908,56	19.963.789,88
CAATIBA	317.846,90	1.175.887,18	1.279,30	6.623,08	10.133,12	56.893,46	0,00	0,00	0,00	0,00	329.259,32	1.239.403,72
CACULE	1.083.623,68	4.008.908,63	4.361,48	22.579,79	84.917,48	830.255,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.172.902,64	4.861.744,07
CAETANOS	391.522,70	1.448.453,70	1.575,84	8.158,27	12.270,43	70.063,74	0,00	0,00	0,00	0,00	405.368,97	1.526.675,71
CAETITE	2.680.735,86	9.917.488,29	10.789,70	55.859,30	276.287,46	2.687.103,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.967.813,02	12.660.450,81
CANAPOLIS	329.656,06	1.219.575,64	1.326,84	6.869,13	15.508,65	121.340,51	0,00	0,00	0,00	0,00	346.491,55	1.347.785,28
CANDIBA	418.281,17	1.547.447,71	1.683,54	8.715,86	36.939,01	322.083,35	0,00	0,00	0,00	0,00	456.903,72	1.878.246,92
CANDIDO SALES	589.518,33	2.180.946,37	2.372,75	12.283,96	63.975,96	413.623,99	0,00	0,00	0,00	0,00	655.867,04	2.606.854,32
CARAIBAS	393.091,46	1.454.257,43	1.582,15	8.190,96	14.792,28	85.667,97	0,00	0,00	0,00	0,00	409.465,89	1.548.116,36
CARINHANHA	866.591,95	3.205.991,19	3.487,95	18.057,45	52.164,22	423.951,58	0,00	0,00	0,00	0,00	922.244,12	3.648.000,22
CATURAMA	353.957,25	1.309.478,81	1.424,64	7.375,49	12.919,20	91.914,63	0,00	0,00	0,00	0,00	368.301,09	1.408.768,93
COCOS	2.681.923,71	9.921.882,81	10.794,47	55.884,05	55.330,02	444.518,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2.748.048,20	10.422.284,88
CONDEUBA	542.035,26	2.005.280,90	2.181,63	11.294,57	32.833,08	333.694,75	0,00	0,00	0,00	0,00	577.049,97	2.350.270,22
CONTENDAS DO SINCORA	358.422,35	1.325.997,61	1.442,61	7.468,55	18.382,54	90.198,59	0,00	0,00	0,00	0,00	378.247,50	1.423.664,75
CORDEIROS	334.126,35	1.236.113,66	1.344,83	6.962,28	14.843,63	153.764,07	0,00	0,00	0,00	0,00	350.314,81	1.396.840,01
CORIBE	692.536,55	2.562.066,36	2.787,40	14.430,59	47.184,02	291.063,85	0,00	0,00	0,00	0,00	742.507,97	2.867.560,80
CORRENTINA	12.863.888,72	47.590.464,83	51.775,88	268.048,71	115.608,79	889.216,81	0,00	0,00	0,00	0,00	13.031.273,39	48.747.730,35
DARIO MEIRA	370.411,99	1.370.353,76	1.490,88	7.718,38	13.426,88	94.433,22	0,00	0,00	0,00	0,00	385.329,75	1.472.505,36
DOM BASILIO	482.416,80	1.784.720,00	1.941,68	10.052,28	73.930,44	488.179,00	0,00	0,00	0,00	0,00	558.288,92	2.282.951,28
ENCRUZILHADA	917.289,79	3.393.549,81	3.692,00	19.113,84	31.342,36	204.709,70	0,00	0,00	0,00	0,00	952.324,15	3.617.373,35
ERICO CARDOSO	386.525,72	1.429.967,14	1.555,73	8.054,16	16.582,90	135.139,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.664,35	1.573.160,30
FEIRA DA MATA	404.223,84	1.495.442,08	1.626,96	8.422,92	12.688,01	72.653,73	0,00	0,00	0,00	0,00	418.538,81	1.576.518,73
FIRMINO ALVES	283.868,45	1.050.182,52	1.142,54	5.915,02	9.511,93	79.695,22	0,00	0,00	0,00	0,00	294.522,92	1.135.792,76
GUAJERU	352.057,89	1.302.452,08	1.416,99	7.335,91	14.962,35	113.031,89	0,00	0,00	0,00	0,00	368.437,23	1.422.819,88
GUANAMBI	3.033.257,08	11.221.654,50	12.208,56	63.204,89	665.244,06	6.215.380,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.710.709,70	17.500.239,82
IBIASSUCE	350.703,44	1.297.441,23	1.411,55	7.307,70	47.020,51	234.561,61	0,00	0,00	0,00	0,00	399.135,50	1.539.310,54
IBICOARA	2.055.077,67	7.602.841,11	8.271,48	42.822,24	101.029,33	612.539,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.164.378,48	8.258.202,76
IBIPITANGA	445.931,60	1.649.741,60	1.794,83	9.292,01	49.537,69	354.236,24	0,00	0,00	0,00	0,00	497.264,12	2.013.269,85
IBOTIRAMA	982.713,06	3.635.585,79	3.955,32	20.477,08	100.950,21	909.789,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.618,59	4.565.852,56
IGAPORA	1.004.527,46	3.716.289,05	4.043,12	20.931,63	23.717,53	268.528,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.032.288,11	4.005.749,37
IGUAI	607.273,72	2.246.633,13	2.444,22	12.653,92	42.652,69	278.066,33	0,00	0,00	0,00	0,00	652.370,63	2.537.353,38
IUPIARA	434.749,78	1.608.373,99	1.749,82	9.058,99	24.322,48	333.010,09	0,00	0,00	0,00	0,00	460.822,08	1.950.443,07
ITAMBE	698.549,58	2.584.311,83	2.811,59	14.555,90	50.359,85	249.121,92	0,00	0,00	0,00	0,00	751.721,02	2.847.989,65
ITAPETINGA	2.684.167,53	9.930.183,92	10.803,50	55.930,80	272.707,04	2.313.887,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.967.678,07	12.300.002,55
ITARANTIM	923.603,04	3.416.905,96	3.717,42	19.245,40	59.080,80	345.723,56	0,00	0,00	0,00	0,00	986.401,26	3.781.874,92
ITORORO	565.661,39	2.092.686,69	2.276,74	11.786,87	51.834,11	336.241,28	0,00	0,00	0,00	0,00	619.772,24	2.440.714,84
ITUACU	749.109,47	2.771.360,07	3.015,08	15.609,41	48.038,94	419.864,10	0,00	0,00	0,00	0,00	800.163,49	3.206.833,58
IUIU	542.210,54	2.005.929,32	2.182,35	11.298,21	19.020,69	146.166,14	0,00	0,00	0,00	0,00	563.413,58	2.163.393,67
JABORANDI	5.737.924,51	21.227.678,53	23.094,57	119.562,83	30.170,20	293.793,55	0,00	0,00	0,00	0,00	5.791.189,28	21.641.034,91
JACARACI	489.588,19	1.811.250,87	1.970,55	10.201,70	20.102,74	206.993,22	0,00	0,00	0,00	0,00	511.661,48	2.028.445,79
JUSSIAPE	341.903,40	1.264.885,14	1.376,12	7.124,32	24.086,82	204.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367.366,34	1.476.851,46
LAGOA REAL	424.453,86	1.570.283,82	1.708,39	8.844,48	29.311,37	242.426,04	0,00	0,00	0,00	0,00	455.473,62	1.821.554,34
LICINIO DE ALMEIDA	562.443,17	2.080.780,72	2.263,78	11.719,80	61.210,47	332.344,49	0,00	0,00	0,00	0,00	625.917,42	2.424.845,01
LIVRAMENTO DE NOSSA SENF	1.705.362,53	6.309.056,08	6.863,92	35.535,17	180.297,61	1.761.861,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.892.524,06	8.106.452,50
MACARANI	529.808,75	1.960.048,41	2.132,42	11.039,77	38.886,42	244.355,93	0,00	0,00	0,00	0,00	570.827,59	2.215.444,11
MACAUBAS	1.026.146,65	3.796.270,07	4.130,13	21.382,10	113.357,95	1.035.712,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.143.634,73	4.853.364,79
MAETINGA	291.978,67	1.080.186,67	1.175,19	6.084,05	13.874,49	82.388,54	0,00	0,00	0,00	0,00	307.028,35	1.168.659,26
MAIQUINIQUE	504.155,71	1.865.143,98	2.029,17	10.505,26	34.862,41	158.389,49	0,00	0,00	0,00	0,00	541.047,29	2.034.038,73
MALHADA	711.782,62	2.633.267,94	2.864,85	14.831,62	18.957,44	148.374,06	0,00	0,00	0,00	0,00	733.604,91	2.796.473,62
MALHADA DE PEDRAS	334.830,05	1.238.717,02	1.347,66	6.976,95	20.386,31	192.978,16	0,00	0,00	0,00	0,00	356.564,02	1.438.672,13
MANOEL VITORINO	581.169,50	2.150.059,51	2.339,15	12.110,00	20.150,82	134.561,98	0,00	0,00	0,00	0,00	603.659,47	2.296.731,49
MATINA	371.067,94	1.372.780,55	1.493,51	7.732,05	10.896,88	118.711,80	0,00	0,00	0,00	0,00	383.458,33	1.499.224,40
MIRANTE	403.272,86	1.491.923,90	1.623,13	8.403,10	13.672,90	98.838,72	0,00	0,00	0,00	0,00	418.568,89	1.599.165,72
MORPARA	501.372,18	1.854.846,20	2.017,97	10.447,24	13.587,33	57.623,87	0,00	0,00	0,00	0,00	516.977,48	1.922.917,31
MORTUGABA	377.190,32	1.395.430,48	1.518,15	7.859,63	25.725,11	290.540,89	0,00	0,00	0,00	0,00	404.433,58	1.693.831,00
MUCUGE	2.968.136,63	10.980.738,84	11.946,45	61.847,94	43.289,64	497.651,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.023.372,72	11.540.238,45
MUQUEM DO SAO FRANCISCO	933.701,13	3.454.264,26	3.758,06	19.455,83	24.419,15	172.748,72	0					

ECONOMIA

POCOES	960.782,37	3.554.452,37	3.867,05	20.020,09	139.089,41	1.198.217,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103.738,83	4.772.690,27
POTIRAGUA	453.621,01	1.678.188,87	1.825,79	9.452,24	39.111,09	163.793,19	0,00	0,00	0,00	0,00	494.557,89	1.851.434,30
PRESIDENTE JANIO QUADROS	436.755,86	1.615.795,59	1.757,90	9.100,80	13.360,31	94.853,34	0,00	0,00	0,00	0,00	451.874,07	1.719.749,73
RIACHO DE SANTANA	883.591,59	3.268.882,03	3.556,36	18.411,65	83.164,23	818.005,51	0,00	0,00	0,00	0,00	970.312,18	4.105.299,19
RIBEIRAO DO LARGO	472.852,34	1.749.335,89	1.903,19	9.852,95	12.404,20	49.796,93	0,00	0,00	0,00	0,00	487.159,73	1.808.985,77
RIO DE CONTAS	542.673,87	2.007.643,48	2.184,20	11.307,86	38.619,58	389.944,19	0,00	0,00	0,00	0,00	583.477,65	2.408.895,53
RIO DO ANTONIO	413.600,89	1.530.132,81	1.664,71	8.618,32	42.053,41	305.637,35	0,00	0,00	0,00	0,00	457.319,01	1.844.388,48
RIO DO PIRES	382.871,03	1.416.446,52	1.541,02	7.978,00	46.899,60	270.641,08	0,00	0,00	0,00	0,00	431.311,65	1.695.065,60
SANTA MARIA DA VITORIA	1.253.586,22	4.637.691,78	5.045,57	26.121,37	152.998,14	1.182.014,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.411.629,93	5.845.827,72
SANTANA	862.662,21	3.191.452,97	3.472,13	17.975,54	79.516,59	542.132,35	0,00	0,00	0,00	0,00	945.650,93	3.751.560,86
SAO FELIX DO CORIBE	816.472,87	3.020.573,65	3.286,21	17.013,09	72.077,15	464.608,52	0,00	0,00	0,00	0,00	891.836,23	3.502.195,26
SEBASTIAO LARANJEIRAS	538.652,16	1.992.764,99	2.168,02	11.224,05	16.323,44	152.921,30	0,00	0,00	0,00	0,00	557.143,62	2.156.910,34
SERRA DO RAMALHO	1.140.733,68	4.220.189,34	4.591,34	23.769,81	75.084,73	453.622,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.220.409,75	4.697.581,96
SERRA DOURADA	552.943,77	2.045.637,34	2.225,54	11.521,84	32.480,66	249.207,69	0,00	0,00	0,00	0,00	587.649,97	2.306.366,87
SITIO DO MATO	502.765,69	1.860.001,55	2.023,58	10.476,29	22.209,62	102.927,40	0,00	0,00	0,00	0,00	526.998,89	1.973.405,24
TABOCAS DO BREJO VELHO	1.251.614,84	4.630.398,60	5.037,63	26.080,29	36.501,51	189.021,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293.153,98	4.845.500,53
TANHACU	702.132,25	2.597.566,04	2.826,01	14.630,53	73.713,97	492.359,49	0,00	0,00	0,00	0,00	778.672,23	3.104.556,06
TANQUE NOVO	519.450,36	1.921.727,14	2.090,73	10.823,95	74.762,33	712.151,98	0,00	0,00	0,00	0,00	596.303,42	2.644.703,07
TREMEDAL	583.723,94	2.159.509,81	2.349,43	12.163,23	29.183,03	168.323,60	0,00	0,00	0,00	0,00	615.256,40	2.339.996,64
URANDI	670.746,44	2.481.452,98	2.699,68	13.976,55	38.662,61	444.781,18	0,00	0,00	0,00	0,00	712.108,73	2.940.210,71
VITORIA DA CONQUISTA	16.091.881,56	59.532.551,93	64.768,23	335.311,35	2.529.900,53	22.115.562,45	0,00	0,00	0,00	0,00	18.686.550,32	81.983.425,73

DE 09/06 A 08/07 PARTICIPE!

SÃO JOÃO DE PRÊMIOS

REALIZAÇÃO
CDL Brumado

COMPRE NO COMÉRCIO LOCAL!

1 MOTO HONDA CG START 160

R\$ 20 MIL EM VALE COMPRAS

SORTEIO DIA 14 DE JULHO NO AUDITÓRIO DA CDL BRUMADO

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SRE/ME Nº 06.027326/2023

DEMAIS INFORMAÇÕES E O REGULAMENTO DESTA CAMPANHA ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NA SEDE DA CDL DE BRUMADO E NO SITE: WWW.CDLDEBRUMADO.COM.BR